

Catarina Rodrigues Sarabando



**PERCEÇÃO DOS ADVOGADOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO  
LEGAL DE MENORES EM PROCESSOS DE PROMOÇÃO E  
PROTEÇÃO**

Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2020



Catarina Rodrigues Sarabando



**PERCEÇÃO DOS ADVOGADOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO  
LEGAL DE MENORES EM PROCESSOS DE PROMOÇÃO E  
PROTEÇÃO**

Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2020

Perceção dos Advogados sobre a Representação Legal de Menores em Processos de  
Promoção e Proteção

**PERCEÇÃO DOS ADVOGADOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO LEGAL DE  
MENORES EM PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO**

Catarina Rodrigues Sarabando

Assinatura: \_\_\_\_\_

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e  
Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte integrante  
dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia da  
Justiça, sob orientação da Professora Doutora Ana Sacau.

## RESUMO

A criança, enquanto sujeito dos seus direitos, direito à sua participação e audição nos processos que a si lhe dizem respeito. Neste sentido, e de forma a que o seu superior interesse seja salvaguardado, os advogados podem constituir um papel fundamental na promoção e defesa destas crianças. De forma a constituir a melhor defesa, e com o menor dano possível, considerou-se a necessidade de aferir qual a experiência e a percepção dos advogados na representação legal de menores, mais precisamente nos processos de promoção e proteção. Através de um questionário, procuramos entender quais as dificuldades que estes profissionais sentem no contacto com os menores, que tipo de formação têm e que valorização dão a aspetos relacionados com a qualidade da entrevista, o conhecimento do desenvolvimento infantil e relacionamento profissional, o contexto de origem dos menores, a integração do menor no processo legal e a aspetos genéricos da representação legal de menores.

Os resultados mostram que, embora valorizem bastante os itens apresentados, estes não deixam de apresentar diversas dificuldades relacionadas com o contacto com os pais/representantes legais, com os menores, com os técnicos, entre outras. Isto pode advir do facto que, embora os resultados revelem que 55.7% da amostra tenha realizado formação para além das suas habilitações académicas, esta formação não está relacionada com questões que os possam auxiliar no contacto com os menores, demonstrando assim uma lacuna na formação.

Com base nos resultados obtidos, pretende-se que esta investigação sirva de impulso para se iniciar estudos que promovam uma cooperação entre estes profissionais, bem como na construção de formações que possam colmatar as dificuldades apresentadas, de forma a que os direitos das crianças sejam promovidos e assegurados eficazmente.

**Palavras-chave:** promoção e proteção, advogados, formação, crianças e jovens, audição da criança

## ABSTRACT

The children's, as a subject of their rights, are entitled to their participation and hearing in the proceedings concerning their matters. In this sense, and in such a way that their best interests are safeguarded, lawyers can play a key role in promoting and defending these children. To constitute the best defense, and with the least possible damage, it was considered the need to assess the experience and perception of lawyers in the legal representation of minors, more precisely in protective proceedings. Through a questionnaire, we tried to understand what difficulties these professionals feel in contact with minors, what type of training they have and what value they give to aspects related to the quality of the interview, knowledge of child development and professional relationship, the context of origin of minors, the integration of minors in the legal process and generic aspects of the legal representation of minors.

The results show that, although they greatly value the items presented, they still present several difficulties related to the contact with parents/legal representatives, with minors, with the relationship with other professionals, among others. This may spart from the fact that, although the results show that 55.7% of the sample has undergone training in addition to their academic qualifications, this training isn't related to issues that can assist them in contact with minors, thus demonstrating a gap in training.

Based on the results obtained, it is intended that this research will serve as a push to start studies that promote cooperation between these professionals, as well as in the construction of training that can overcome the difficulties presented, so that the rights of children are promoted and guaranteed effectively.

**Keywords:** child protective proceddings, lawyers, training, children, children hearing

*O que se faz agora com as crianças, é o  
que elas farão depois com a sociedade.*

*Karl Mannheim*

## **Agradecimentos**

Não podia deixar de começar estes agradecimentos sem reconhecer a pessoa que tornou tudo isto possível. É o típico clichê, mas a verdade é que sem o auxílio da Professora Doutora Ana Sacau, isto não seria possível. A dedicação, atenção, e ajuda que me deu, foi indiscutivelmente preponderante para a realização desta dissertação. A paciência, a constante disponibilidade e o enorme conhecimento que tem, fizeram com que não pudesse estar mais satisfeita com a orientadora que escolhi.

Também a Dra. Helena Nogueira me ajudou mais do que talvez possa imaginar. Acolheu-me, no meu primeiro estágio, no qual ia cheia de receios, porque era o primeiro contacto com o que, agora sei, espero fazer para o resto da vida. Fez-me apaixonar pela área da promoção e proteção, com todo o profissionalismo e delicadeza que tem na condução destes processos. Só me posso sentir uma privilegiada, sabendo que os seus ensinamentos vão sempre fazer parte da profissional que serei.

Aos meus pais, por todo o apoio incondicional, quer emocional, quer financeiro. Sei o esforço que sempre fizeram para me proporcionarem tudo a que me comprometia, e serei sempre eternamente grata por isso. Sempre fizeram o melhor para mim, e sou a pessoa que sou hoje graças a eles. Também a minha irmã foi preponderante na minha motivação, não sabendo ela que tudo a que me proponho é para que possa ser um motivo de orgulho para ela.

Aos meus avós, por todo o orgulho desmedido e amor que têm por mim. Nunca conseguirei pôr em palavras o apreço gigante que tenho por eles. De igual forma, ao resto da minha família, pela preocupação e apoio que sempre demonstraram relativamente aos meus estudos.

Nunca poderia terminar este agradecimento sem agradecer aos amigos que nunca duvidaram, mesmo quando eu duvidei. Pela força, pela ajuda, e pela motivação que sempre me proporcionaram.

O meu eterno obrigada a todos, por fazerem parte do meu percurso. Terei sempre um bocadinho de vocês na profissional que espero ser.



## Índice

Introdução.....	13
I – Enquadramento Teórico.....	16
Capítulo I – Promoção e Proteção de Crianças e Jovens .....	17
1. Contextualização Histórica dos Direitos da Criança.....	17
2. Diferenciação entre o Risco e o Perigo .....	20
3. Acordo de Promoção e Proteção e as Respetivas Medidas .....	21
4. O advogado do Menor.....	24
Capítulo II – Entre a Formação e a Prática .....	25
5. A Importância da Formação .....	25
6. Audição da Criança.....	32
II – Estudo Empírico.....	39
1. Objetivos.....	40
2. Metodologia.....	40
3. Método .....	40
3.1. Participantes .....	40
3.2. Instrumento .....	41
3.3. Procedimento.....	44
3.4. Apresentação e Discussão dos Resultados.....	44
4. Conclusão .....	63
Referências .....	68
Anexos.....	73



## **Índice de Tabelas**

Tabela 1. Itens que constituem os Grupos Temáticos.....	43
Tabela 2. Grupos Temáticos.....	49
Tabela 3. Aspectos Genéricos da Representação Legal de Menores .....	51
Tabela 4. Integração do Menor no Processo Legal.....	51
Tabela 5. Qualidade da Entrevista .....	52
Tabela 6. Contexto de Origem dos Menores .....	54
Tabela 7. Desenvolvimento Infantil e Relacionamento Profissional.....	54
Tabela 8. T-Student para Sexo vs Grupos Temáticos.....	57
Tabela 9. Correlação entre a Idade e Anos de Experiência com os Grupos Temáticos .	58
Tabela 10. T-Student que relaciona a Formação com os Grupos Temáticos.....	59
Tabela 11. Qui-quadrado para o Sexo e a Formação com as Dificuldades.....	60
Tabela 12. T-Student que relaciona a Idade com as Dificuldades.....	61
Tabela 13. T-Student que relaciona os Anos de Experiência com as Dificuldades .....	62

## Índice de Figuras

Figura 1. <i>QIC-ChildRep</i> Modelo de Boas Práticas .....	29
Figura 2. <i>QIC-ChildRep</i> – Expectativas do Impacto nos Advogados .....	30
Figura 3. <i>QIC-ChildRep</i> – Expectativas do Impacto do Comportamento do Advogado .....	31
Figura 4. Situações de Perigo Diagnosticadas em 2019 .....	45
Figura 5. Medidas Aplicadas no Ano de 2019 .....	46
Figura 6. Percentagem das Dificuldades apresentadas pelos Advogados .....	48

## **Índice de Anexos**

Anexo I – Questionário “Percepção dos Advogados sobre a Representação Legal de Menores em Processos de Promoção e Proteção”

Anexo II – Parecer da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa

## **Introdução**

O Direito e a Psicologia têm vindo, ao longo dos anos, a estabelecer uma relação que, embora ainda persistam dificuldades e resistência por ambas as partes, teve um claro desenvolvimento, com melhoras notórias no estreitamento da relação e na entreaajuda.

Segundo Carmo (2011), “o direito e a psicologia entrelaçam-se porque ambos se debruçam sobre a previsão, a explicação e o controlo do comportamento humano”, onde se espera, através da mútua relação de partilha de conhecimentos, que a psicologia compreenda os conceitos jurídicos, bem como as práticas do sistema judicial e as suas exigências (Aguilhas e Anciães, 2017), e que o direito tenha mais atenção a, não só aplicar a lei, mas sim a ter um “tratamento individualizado de cada situação, tendo em vista a construção da resposta adequada a cada caso concreto” (Carmo, 2011), através do maior conhecimento sobre o comportamento humano, considerando Carmo (2011) que esta é uma “exigência de boa aplicação do direito, de boa administração da justiça”.

No âmbito do Direito de Família e Menores, e mais precisamente nos processos de Promoção e Proteção, esta entreaajuda, assume ainda mais um papel preponderante quando o psicólogo apresenta funções de assessoria técnica para o tribunal, tendo de acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo mesmo. Isto está presente no artigo 7.º do decreto lei n.º332-B/2000, de 30 de dezembro, que diz que “o acompanhamento dos menores em perigo junto dos tribunais compete às equipas multidisciplinares do sistema de solidariedade e de segurança social, a constituir, consistindo designadamente:

- a) No apoio técnico às decisões dos tribunais tomadas no âmbito dos processos judiciais de promoção e proteção;
- b) No acompanhamento da execução das medidas de promoção dos direitos e de proteção aplicadas;
- c) No apoio aos menores que intervenham em processos judiciais de promoção e proteção”.

Neste sentido, estas equipas têm a função de avaliar o risco e gerir uma potencial situação de perigo, e estudar quais as possíveis consequências. O técnico tem de elaborar uma avaliação diagnóstica onde irá também executar uma proposta de um plano de intervenção, tendo em conta as necessidades do desenvolvimento da criança, as competências parentais e os fatores ecológicos, onde sugere uma proposta de medida ao tribunal, se a situação de perigo se confirmar.

Estas situações de perigo para as crianças e jovens estão contempladas na lei n.º147/99, de 01 de setembro, sendo esta lei correntemente designada de Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, e que tem por objetivo, tal como decorre do seu artigo 1º, “a promoção dos direitos, e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral”. É importante mencionar que, antes destes processos chegarem a tribunal, já passaram por outras entidades, sendo elas as entidades com competência em matéria de infância e juventude, e as comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ).

No âmbito do decorrer do processo em tribunal, é possível, e tal como consagrado no artigo 103º da lei LPCJP, requerer a presença de um advogado, quer para defender os direitos da criança, quer para defender os direitos dos pais/representantes legais. Se o processo for para debate judicial, esta atribuição é até obrigatória. Neste sentido, e sempre de forma a preservar a promoção e a proteção das crianças, é fundamental que todos os intervenientes saibam atuar de maneira a resguardar os seus interesses e, acima de tudo, garantir o seu bem-estar. Por conseguinte, e com base na minha experiência no estágio curricular que realizei na EMAT do Centro Distrital da Segurança Social do Porto, foi-me possível constatar que, evidentemente, os intervenientes judiciais com menos presença nestes processos são os advogados, pois nem todos requerem a sua presença, e são poucos os processos que chegam a debate judicial.

Sendo os advogados uma figura fundamental para a criança na defesa dos seus direitos, tornou-se, para mim, essencial, perceber de que forma a psicologia os poderia auxiliar, pois, relativamente aos magistrados, encontram-se em desvantagem. Isto porque, com a experiência que tive, a constante articulação entre os magistrados e os técnicos no âmbito destes processos, gera uma partilha de conhecimento ao nível de como abordam e comunicam com as crianças, bem como de que forma se adaptam a elas, que era notória aquando do meu contacto com os magistrados. Sendo estes os profissionais judiciais os que mais contacto têm com os menores, é também possível constatar que todos os estudos estão mais voltados para eles, bem como a elaboração de formações em torno de questões fundamentais como o desenvolvimento infantil.

Dito isto, e reforçando a ideia de que considero o advogado um interveniente fulcral que dará voz aos direitos da criança, considere fundamental dirigir a minha atenção para estes profissionais, de maneira a tentar entender qual a sua experiência nesta área, bem como que formação específica para lidar com menores têm. Além disto, também considere importante aferir qual a sua percepção relativa a questões relacionadas

ao desenvolvimento da criança e à adaptação da entrevista, bem como quais as dificuldades que sentem na representação legal destes menores, pois, segundo Saywitz, Jaenicke e Camparo, 1990, de forma geral são as crianças que são percecionadas como incompetentes para testemunhar, devido a apresentarem-se confusas e contraditórias, mas de facto são os adultos que não têm a competência necessária para abordá-las, isto porque o conhecimento que têm sobre o desenvolvimento infantil e as nuances da compreensão linguística, é insuficiente, fazendo até com que elaborem questões inapropriadas e utilizem terminologia incompreensível para estas crianças, resultando também numa má interpretação das respostas das mesmas. Isto vai de encontro com o que Kelly & LeVezu (2016) referem, ou seja, os advogados não têm formação em questões relativas ao desenvolvimento e bem-estar infantil, fazendo assim com que foquem a sua defesa no que consideram ser os melhores interesses para a criança, com base nas suas experiências, sem terem em consideração as particularidades dos processos bem como a vontade da criança.

A importância deste tema, tornou-se ainda mais evidente quando a revisão bibliográfica se mostrou tão escassa, salientando ainda mais a importância que este estudo poderia vir a ter.

Neste sentido, este é um estudo exploratório, pois pretende recolher informação numa área em que pouco se explora, na primeira pessoa, as dificuldades que estes profissionais sentem no contacto com os menores, bem como a valorização que dão a determinados aspetos ligados a características que se devem ter em consideração na audição da criança. Para além do mais, viu-se a necessidade de aferir qual a experiência e formação nesta área.

Espera-se, portanto, que este estudo seja um contributo para a identificação de potenciais lacunas, de modo a que, futuramente, possam impulsionar estudos com estratégias para as colmatar, para assegurar a melhor defesa possível para estas crianças que não se podem defender sozinhas.



## **I – Enquadramento Teórico**

## **Capítulo I – Promoção e Proteção de Crianças e Jovens**

### **1. Contextualização Histórica dos Direitos da Criança**

Durante muito tempo a criança foi um ser com deveres e direitos pouco definidos, que a colocava numa situação desfavorável para o seu desenvolvimento. Assim, e num passado não muito longínquo, as crianças não dispunham de quaisquer direitos e eram obrigadas a submeterem-se ao poder familiar, isto é, a criança era considerada como um objeto de total autoridade dos pais, estando nas mãos destes toda e qualquer decisão relativa à vida dos filhos (Sottomayor, 2003).

Só a partir do século XVIII é que a criança começou a ser vista como um ser merecedor de segurança e afeto. Por isto, a partir do século XIX, começam a surgir os primeiros conceitos de criança como um ser com direitos, tendo mais atenção a que estas apresentam características frágeis, com necessidades específicas e que necessitam de uma proteção especial (DeMause, 1982). Neste sentido, este século foi determinante para que as crianças deixassem de ser invisíveis até judicialmente, pois foi nesta época que começaram a surgir as primeiras leis de proteção à infância (inexistentes até à altura) (Ramos, 2011). Em Portugal, a Lei de Proteção à Infância (Lei n.º 147/99, de 01 de setembro) surgiu a 27 de maio de 1911. A finalidade desta lei era, como está contemplado no artigo 1º, “prevenir não só os males sociais que podem produzir a perversão ou o crime entre os menores de ambos os sexos de menos de dezasseis anos completos, ou comprometer a sua vida ou saúde; mas também de curar os efeitos desses males”, para este propósito, esta lei comprometeu-se a criar duas instituições: Tutoria de Infância, e a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças. Como podemos constatar só neste 1º artigo, há diferenças para com a nossa atual lei de promoção e proteção. Hoje considera-se abrangido pela lei 147/99 de 01 de setembro, “a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional” estando isto constado no artigo 5.º. Mas o importante a considerar aqui é que, há mais de 100 anos que a base se mantém a mesma, ou seja, o objetivo da 1ª lei de proteção e da atual lei de promoção e proteção foi, desde sempre, proteger e preservar o desenvolvimento e o bem-estar das crianças e dos jovens. A ideia da necessidade de proteger os menores a todas as formas de violência a que possam vir a estar sujeitos, e que, dado a sua fragilidade e falta de maturidade física e intelectual, dificulta a sua autodefesa (Furtado & Guerra, 2000).

Internacionalmente, a 1924 foi aprovada pela Assembleia da Sociedade das Nações, a Declaração Universal dos Direitos das Crianças formalmente conhecida também por Declaração de Genebra. Esta declaração reconhece que todas as crianças devem ser protegidas, independentemente da sua raça, nacionalidade ou crença (Albuquerque, 2000). Devem ser auxiliadas, respeitando-se a integridade da família, mas colocadas em condições em que se possam desenvolver de maneira normativa.

A 20 de novembro de 1959, houve a promulgação da Declaração de Genebra pela Assembleia Geral das Nações Unidas, passando a ser reconhecida como Declaração dos Direitos da Criança. Esta declaração enumerou diversos direitos aos quais as crianças devem ter, como o direito a um nome, nacionalidade, educação, alimentação, alojamento e cuidados médicos adequados. Uma criança socialmente desfavorecida ou física e mentalmente diminuída, deve ter os mesmos direitos que as demais, devendo receber tratamento, educação e cuidados especiais. A criança deve ser protegida de todas as formas de violência contra si perpetradas, sendo que, qualquer criança que se encontre em situação de perigo deve estar entre os primeiros a ser socorrida (Albuquerque, 2000).

A 20 de novembro de 1989, foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, tendo entrado em vigor a 2 de setembro de 1990. É um tratado que visa a proteção das crianças em todo o mundo, e rege-se por 4 princípios fundamentais:

1. Não discriminação: todas as crianças têm direito a desenvolver todo o seu potencial;
2. Interesse superior da criança: a criança deve ser considerada prioritária em todas as ações que lhe digam respeito;
3. Sobrevivência e desenvolvimento: importância em garantir acessos a todos os serviços básicos e a igualdade de oportunidades;
4. Opinião da criança: a sua voz deve ser tida em consideração em todos os assuntos relacionados consigo (Unicef, 2017).

Estes princípios tem como objetivo proteger, preservar e contribuir para o crescimento saudável de qualquer criança. Quando isto é colocado em causa, é da nossa responsabilidade sinalizar estas situações, qualquer cidadão o pode fazer, mas esta competência é acrescida quando se trata de entidades ligadas à saúde, educação, entidades policiais, segurança social e, não menos importante, a comunidade, como família, vizinhos, clubes desportivos, serviços públicos, entre tantos outros. A este conjunto de entidades chamamos entidades com competência em matéria de infância e juventude. Estas entidades são de tamanha importância

para a sinalização de potencial risco e/ou perigo que, segundo o relatório anual da CPCJ de 2019, foram realizadas 43796 sinalizações no ano de 2019, sendo as principais entidades sinalizadoras a autoridade policial (38.14% dos casos) e os estabelecimentos de ensino (20.25%). Destas sinalizações, 13225 foram diagnosticadas e, por isso, consideradas situações de perigo (CNPDPJ, 2019).

Tal como previsto no art.º 7.º LPCJP, estas entidades trabalham muito a prevenção primária e secundária, visando a promoção e a defesa dos direitos das crianças e jovens. A primária, e de acordo com Dahlberg e Krug (2006), tem como objetivo prevenir a violência antes que ela ocorra, pretendendo a mudança nas atitudes e crenças. A prevenção secundária atua quando há um desajustamento infantil, sendo possível detetar fatores de risco, tendo como objetivo intervir promovendo a mudança da situação.

Estas entidades com competência em matéria de infância e juventude surgem na base do princípio de subsidiariedade pelo qual o nosso país se organiza na proteção de crianças. Tal como o art. 8.º LPCJP refere, quando estas entidades não conseguem atuar de forma adequada e suficiente para remover o perigo em que as crianças/jovens se encontram, é necessária a intervenção das comissões de proteção de crianças e jovens.

O art. 12 LPCJP refere que as comissões de proteção de crianças e jovens “são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral”, isto quer dizer que estas comissões atuam com total independência, não deixando de estar em conformidade com a lei.

A estas comissões prendem-se dois importantes artigos, os quais impedem muitas vezes a sua intervenção, tendo que o caso ser reencaminhado para os tribunais. Os art. 9 e 10 LPCJP, são referentes ao consentimento. Sem o consentimento expresso e por escrito de ambos os progenitores (mesmo que, em casos de responsabilidades parentais a responsabilidade seja exclusiva de apenas um deles) ou do representante legal, não poderá haver a intervenção das comissões de proteção de crianças e jovens (CPCJ). É também considerada a não oposição da criança e do jovem, sendo que a intervenção vai depender da “não oposição da criança ou do jovem com idade igual ou superior a 12 anos”. Se idade inferior a 12 anos, a sua oposição “é considerada relevante de acordo com a sua capacidade para compreender o sentido da intervenção”.

O último patamar da pirâmide de subsidiariedade é referente aos tribunais. Segundo o art. 11.º LPCJP, a intervenção judicial dá-se quando não há o consentimento por parte dos progenitores ou representante legal ou quando há a oposição da criança/jovem, de forma que

se inviabiliza a intervenção da CPCJ face à potencial situação de risco a que a criança/jovem pode estar sujeita, não sendo possível obter o acordo de promoção e proteção. Se a pessoa responsável por prestar consentimento está indicada por algum crime contra a criança ou jovem, a sua autorização não é necessária, sendo automaticamente o caso remetido a tribunal. A intervenção judicial também se dá quando, apesar de consentindo e realizado o acordo de promoção e proteção, a intervenção realizada pela CPCJ se mostra insuficiente, fazendo com que a situação de perigo ainda se mantenha.

De acordo com a informação anterior, é então possível entender que a intervenção subsidiária no perigo se rege por estes três patamares, que tem como objetivo inicial a sinalização do risco, de forma a que este seja diagnosticado e, se necessário, intervencionado, com o objetivo de afastar e/ou remover a situação de perigo na vida destas crianças/jovens. A intervenção deve ser sempre realizada pela entidade competente, sendo que apenas as CPCJ e os tribunais aplicam as medidas de promoção e proteção.

## **2. Diferenciação entre o Risco e o Perigo**

Antes de se perceber a atuação e a importância do acordo de promoção e proteção e do tipo de medida que pode ser aplicada, é importante diferenciar o risco e o perigo.

O risco é considerado um termo mais amplo do que o perigo. Implica um potencial perigo que, agravado, poderá, em determinadas situações, conduzir ao perigo. Qualquer situação ou característica que aumente a probabilidade de surgir um problema na vida da criança/jovem, é considerado um fator de risco (Fonseca, 2004). Posto isto, Almeida (2000) refere que uma criança/jovem se encontra numa situação de risco quando “é sujeita a uma atitude parental ou social que compromete ou destrói o normal processo do seu crescimento, desenvolvimento e bem-estar”. Em suma, o risco implica um potencial perigo que pode colocar em causa os direitos da criança. Já o perigo, é constituído por situações que coloquem efetivamente em causa a segurança, saúde, a educação e/ou o desenvolvimento da criança/jovem (art. 3.º LPCJP). É importante referir que nem todas as situações de perigo advém do risco. O perigo pode instalar-se perante uma situação aguda de crise, como por exemplo em situações como divórcios, separações ou morte (DGS, 2011).

Relativamente à lei de promoção e proteção, esta apresenta diretrizes definidas analogamente ao que considera situações de perigo para a criança/jovem, sendo elas, segundo o art. 3º LPCJP as seguintes:

- a) “Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação;
- h) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional.”

### **3. Acordo de Promoção e Proteção e as Respetivas Medidas**

A lei de promoção e proteção surge como um acordo importante para proteger os direitos das crianças/jovens. Só no ano de 2019, tal como referido anteriormente, foram sinalizadas 43796 situações de potencial risco às CPCJ, sendo de maior prevalência as situações de violência doméstica, correspondendo a 28.86%, negligência 28.59% e comportamentos de perigo na infância e juventude 17.83% (CNPDPJ, 2019). Em termos globais, existiu no ano de 2019, em Portugal, um volume processual de 72016 casos de crianças e jovens com medidas de promoção e proteção. Sendo este cálculo a soma de todos os processos, ou seja, os processos transitados, instaurados e os reabertos.

A cada um destes casos, foi aplicada uma medida de promoção e proteção para tentar que o perigo na vida destas crianças/jovens deixe de subsistir. Existem duas medidas: as

medidas em meio natural de vida e as medidas de colocação. As medidas em meio natural de vida podem subdividir-se em:

- a) Apoio junto aos pais;
- b) Apoio junto de outro familiar;
- c) Confiança a pessoa idónea;
- d) Apoio para autonomia de vida.

As de colocação são apenas duas:

- a) Acolhimento residencial;
- b) Acolhimento familiar.

Para as medidas em meio natural de vida, pode ser, se justificado, concedido um apoio monetário para auxiliar os pais, família, ou a pessoa idónea a quem a criança/jovem tenha sido confiada, ou um apoio monetário direto, caso a criança/jovem estar em medida de autonomia de vida. Esta atribuição é realizada pela CPCJ ou o Tribunal.

Estas medidas de promoção têm objetivos específicos, tal como estão referenciadas no art.º 34.º da LPCJP. Sendo assim, estas medidas visam:

- a) “Afastar o perigo em que estes se encontram;
- b) Proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral;
- c) Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.”

A aplicação destas medidas é da exclusividade das comissões de proteção e dos tribunais, tal como refere o art.º 38 LPCJP.

No art. 4º LPCJP, referente aos princípios orientadores da intervenção, é abordada a prevalência na família que, passando a citar, diz “na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem em família, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável”, sendo que, considerando este ponto, e sempre que possível, o ideal é a integração destas crianças/jovens em medidas em meio natural de vida, que devem ter a duração de um ano, podendo ser prorrogadas até 18 meses (art. 60º LPCJP). Isto vai também de encontro ao superior interesse da criança, em que o art. 4º LPCJP refere que “a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, nomeadamente à continuidade de relações de afeto de qualidade e significativas, sem prejuízo da consideração que for devida

a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto”. Apenas quando isto não é possível, é que se deve recorrer às medidas de colocação, que têm, com base no art. 61º LPCJP a “duração estabelecida no acordo ou da decisão judicial”.

Em termos estatísticos, no ano de 2019 foram acompanhadas pelas CPCJ exclusivamente 34099 medidas de promoção e proteção, das quais consta não só os processos diagnosticados nesse ano, bem como os processos trânsitos do ano anterior (CNPDP CJ, 2019). O apoio junto dos pais preenche uma percentagem avassaladora das medidas, correspondendo a 81.74% dos casos, seguido do apoio junto de outro familiar com 9.33% e o acolhimento residencial 7.07%.

O escalão etário dos 15-17 representa a maioria dos casos aplicados, seguido da faixa dos 11 aos 14, fazendo com que as medidas aplicadas tenham uma maior prevalência em crianças com idade superior aos 10 anos, sendo esta prevalência, em termos de sexo, maior relativamente ao sexo masculino (CNPDP CJ, 2019).

Há uma lacuna em termos estatísticos, sendo que não é possível precisar a quantidade de processos de promoção e proteção existem em tribunal, havendo sim as estatísticas dos processos findos de 2018, que seria incoerente estar a compará-los com o relatório mais recente da CPCJ, que é referente, como se tem vindo a notar, de 2019. Neste sentido, no relatório da CPCJ é possível perceber a quantidade de processos de promoção que foram transitados para tribunal, sendo este valor de 7258. Esta remessa para tribunal deu-se por quatro razões: ausência de consentimento para a intervenção das comissões, a retirada de consentimento para a intervenção, o não cumprimento do acordo de promoção e proteção estabelecido com a comissão, e ainda, com base no art. 11º LPCJP, quando o ministério público considera não adequada a intervenção da comissão (CNPDP CJ, 2019).

Quando estes processos são cessados e transitados para tribunal, é-lhes atribuído um técnico gestor do processo, que em conjunto com o tribunal, elabora e aplica um plano de intervenção. Este técnico faz parte de uma Equipa Multidisciplinar de Assessoria Técnica aos Tribunais (EMAT), que tem como objetivo avaliar a situação de perigo, entender se esta subsiste, e acompanhar as eventuais medidas se esta se comprovar. Fornece apoio às decisões do tribunal através da elaboração de relatório de avaliação e de acompanhamento das medidas de promoção e proteção (Instituto da Segurança Social, I.P., 2011), sendo a elaboração destes relatório feita com base nos contactos que terá com a criança implicada bem como com a sua família, tendo sempre a preocupação em articular de igual forma com figuras importantes da comunidade onde a família e a criança se inserem, como por exemplo a escola, o centro de saúde, entre outros, auxiliando-se de diversas técnicas de recolha de informação, como as



entrevistas, as visitas domiciliárias, e até mesmo constante contactos telefónicos. É imperativa esta articulação entre os demais intervenientes, principalmente os com experiência na área da infância e juventude, de forma a providenciar um trabalho em rede que consista numa intervenção sólida e adaptada às necessidades da criança de forma a preservar os interesses e os direitos da mesma.

Para além da intervenção do técnico gestor do processo e de todas as entidades com competência em infância e juventude que articulam entre si, e do próprio tribunal, pode também vir a ser requerida a intervenção de um advogado, quer por requerimento dos progenitores, da criança ou pode até mesmo ser imposto pelo tribunal, se o processo seguir para debate judicial.

#### **4. O advogado do Menor**

A Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos das Crianças, adotado em Estrasburgo, em 25 de janeiro de 1996, é um importante instrumento jurídico internacional na garantia do exercício dos direitos para com os menores de 18 anos, sendo que a presente convenção tem “em vista o superior interesse das crianças, visa promover os seus direitos, conceder-lhes direitos processuais e facilitar o exercício desses mesmos direitos, garantindo que elas podem ser informadas, diretamente ou através de outras pessoas ou entidades, e que estão autorizadas a participar em processos perante autoridades judiciais que lhes digam respeito”, isto nos termos do artigo 1 da Convenção Europeia Sobre o Exercício dos Direitos das Crianças, aprovada em Portugal pela resolução 7/2014 de 27 de janeiro.

Posto isto, esta convenção assenta em conceder direitos processuais às crianças com idade igual ou inferior aos 18 anos, tendo sempre em vista o seu superior interesse. Em conformidade com esta convenção, um dos direitos da criança é a sua audição obrigatória e participação, sendo que isto é referido no art. 4.º LPCJP “a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção”. Isto pode ser auxiliado com a requisição de um advogado de forma a promover e a proteger os seus direitos quando estes estão em conflito. O advogado requisitado ou nomeado tem a tarefa de ouvir e ajudar a criança a defender-se procurando perceber a mesma e qual a sua vontade.

A constituição de advogado não é obrigatória na primeira instância, quer para os representantes legais, quer para a criança/jovem, exceto nas situações em que o tribunal

considera que os interesses do menor estão em conflito com os do seu representante legal, e aí o próprio tribunal nomeia obrigatoriamente um patrono ao menor. Já em debate judicial, o menor tem de estar obrigatoriamente representando por um advogado nomeado, pois este é o momento para a exposição dos argumentos e das posições que sejam considerados decisivos para a definição da situação da criança/jovem.

O art. 103.º LPCJP, delimita o requerimento de advogado nas seguintes alíneas:

1. “Os pais, o representante legal ou quem tiver a guarda de facto podem, em qualquer fase do processo, constituir advogado ou requerer a nomeação de patrono que o represente, a si ou à criança ou ao jovem.
2. É obrigatória a nomeação de patrono à criança ou jovem quando os seus interesses e os dos seus pais, representante legal ou de quem tenha a guarda de facto sejam conflituantes e ainda quando a criança ou jovem com a maturidade adequada o solicitar ao tribunal.
3. A nomeação do patrono é efetuada nos termos da lei do apoio judiciário.
4. No debate judicial é obrigatória a constituição de advogado ou a nomeação de patrono aos pais quando esteja em causa a aplicação da medida prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 35.º e, em qualquer caso, à criança ou jovem.”

Em qualquer das situações, sendo requerido ou atribuído, o advogado está lá para assegurar os interesses e os direitos da criança, sendo que esta deve ser considerada como um cliente de pleno direito a quem os advogados devem ter em consideração a sua opinião. É importante que tanto o tribunal como todos os intervenientes saibam atuar corretamente, tendo a formação adequada de forma a salvaguardar os interesses das crianças, sendo que este é um direito da criança: o de lhe ser facultada a representação adequada.

## **Capítulo II – Entre a Formação e a Prática**

### **5. A Importância da Formação**

A Convenção sobre os Direitos da Criança (2019) alude, no seu artigo 8º, que todos os seus estados parte deverão adotar medidas que garantam a formação adequada nos domínios do direito e da psicologia, relativamente aos profissionais que trabalham junto destas vítimas, referindo-se às crianças vítimas de venda, exploração sexual, prostituição e pornografia

infantil. Mas esta formação não deve ser apenas para estas crianças, mas sim para todas, tal como é indicado nas diretrizes do Comité de Ministros do Conselho da Europa.

O Comité de Ministros do Conselho da Europa (2013) apresenta-nos o termo de “Justiça adaptada às crianças”, que expressa que os sistemas judiciais devem assegurar o respeito e a aplicação de todos os direitos da criança, tendo sempre em consideração o nível de maturidade e de compreensão da criança, bem como quais as circunstâncias do caso. Isto é, uma “justiça acessível, adequada à idade, rápida, diligente, adaptada e centrada nas necessidades e nos direitos da criança e respeitadora dos seus direitos” (Conselho da Europa, 2013). Isto está em conformidade com o artigo 4º da LPCJP, em que a intervenção deve atender ao interesse superior da criança e do jovem, atendendo prioritariamente aos seus interesses e direitos. Isto deve sempre garantir o desenvolvimento saudável dos menores, de forma a garantir o seu bem-estar. Dada a importância de servir o melhor possível os direitos destas crianças, é fulcral que todos os intervenientes dos processos nos quais estejam inseridas, tenham a formação necessária, de modo a assegurar que todas as crianças recebam toda a orientação e apoio de modo a serem adequadamente aplicados e defendidos os seus direitos.

Neste sentido, o Conselho da Europa (2013), apresenta-nos a diretriz 14, que refere que “todos os profissionais que trabalhem com e para crianças, devem receber a formação multidisciplinar necessária sobre os direitos e as necessidades das crianças de diferentes grupos etários, bem como sobre os processos que melhor se lhes adequam”. Esta formação deve consistir, segundo a diretriz número 15, sobre “as formas de comunicar com crianças de todas as idades e fases de desenvolvimento, como como com crianças em situação de particular vulnerabilidade”. Existe a necessidade de aumentar o conhecimento, nos profissionais jurídicos, no que diz respeito às etapas de desenvolvimento, de forma a que as possam reconhecer e adaptar a cada criança durante o contacto com a mesma. O reconhecimento das diferentes etapas etárias e das particularidades que isto traz, faz com que consigam adaptar o seu discurso, de modo a orientarem a entrevista de acordo às características e necessidades de cada criança. Esta necessidade de formação não se prende apenas aos intervenientes jurídicos, mas também aos restantes profissionais, no sentido de aumentarem a sua compreensão a nível jurídico, de forma a saberem avaliar e enquadrar o melhor possível a situação jurídica da criança.

Segundo Swain (1989), é preciso ter em consideração que o advogado, e os magistrados, são formados no sentido da interpretação e compreensão da lei, de quais as implicações legais e de como as pôr em prática. Contrariamente ao papel dos assistentes sociais e psicólogos, em que o foco do trabalho é a compreensão do comportamento, bem como o

trabalho junto dos recursos, neste caso, da criança, e da sua família, do seu ambiente, da comunidade em que está inserida, e também, do sistema legal, se necessário, de forma a proteger a criança e a família (Swain, 1989).

Tendo em consideração estes aspetos, é fundamental que exista uma cooperação multidisciplinar entre todos os profissionais intervenientes, de modo a que se auxiliem e que partilhem conhecimento, sempre que for considerado necessário.

A existência das equipas multidisciplinares veio aumentar a eficácia da resposta, bem como reduzir o possível trauma da criança e para a família, graças à articulação entre os profissionais, através da sua cooperação e comunicação (Fanetti et al. 2014). Para além disto, de uma forma geral, as equipas multidisciplinares integram o processo desde o momento em que é instaurado até ao momento do seu arquivamento, conhecendo assim todas as nuances do mesmo, fazendo com que tenham uma visão o mais completa possível para poderem atuar da melhor forma. Em virtude disto, e da existência destas equipas, uma grande vantagem é que estas, graças à sua articulação, podem reduzir a quantidade de vezes que a criança tem que ser ouvida, evitando assim a revitimização, isto é, evita que a criança tenha que constantemente reviver as situações que lhe causaram sofrimento (Fanetti et al, 2014).

Todavia, e relativamente à formação, a diretiz 67 do Conselho da Europa (2013), alude-nos para o facto de que ainda são poucos os profissionais que conhecem bem os direitos das crianças, bem como todas as questões processuais relacionadas, sendo encorajado, pelos estados membros, a criação de cursos de formação específicos de como abordar e orientar a entrevista e audição da criança.

A este respeito, foi considerado importante procurar perceber que tipo de formações existem, e qual a sua base de construção bem como os objetivos estabelecidos. Deve-se dizer que, pela pesquisa realizada, estas formações são escassas, e não preveem uma continuidade de acompanhamento, isto é, são cursos com duração estipulada, e que não estão disponíveis constantemente. Por exemplo, durante a pesquisa, encontrou-se um curso que foi realizado no mês de julho do ano corrente, que tinha como objetivo “aumentar conhecimentos e competências para potenciar as boas práticas no processo de audição da criança em tribunal”. Este estava dividido em três módulos diferentes, sendo eles: o enquadramento jurídico do direito de audição, orientado pelo Dr. António Fialho (Juiz de Direito), o papel do advogado na audição da criança, orientado pelo Dr. Rui Alves Pereira (advogado) e boas práticas na audição da criança, pela Dra. Rute Agulhas (psicóloga).

Já internacionalmente, deparamo-nos com o *QIC-ChildRep - Best Practices Model*. Este modelo foi desenvolvido na Faculdade de Direito da Universidade do Michigan, com o objetivo

de aumentar o nível de prática entre os advogados que representam crianças de dependência, e crianças que tenham o seu bem-estar comprometido, para avaliar quais as mudanças que esta formação traria a estes advogados, bem como de que maneira poderia aumentar o bem-estar integral destas crianças. (Orlebeke et al., 2016). Este modelo de intervenção teve como na genesis a hipótese de que a prática na representação legal de menores poderia, efetivamente, ser melhorada, e que advogados mais eficazes poderiam alcançar melhores resultados para o bem-estar infantil (Orlebeke et al, 2016). O estudo piloto para a aplicação deste modelo de intervenção foi aplicado a advogados dos condados de Georgia e Washington, e decorreu entre janeiro de 2012 a março de 2015.

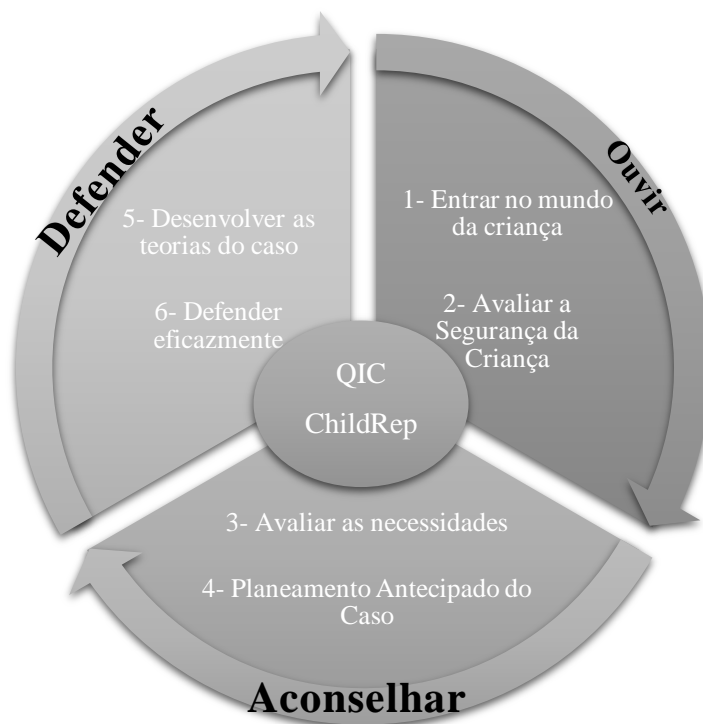
Foi Donald Duquette, professor na Faculdade de Direito da Universidade do Michigan, quem desenvolveu o *QIC-ChildRep*, e desenvolveu-o com base numa avaliação nacional da conduta dos processos de representação legal de menores durante o ano 2009 e 2010 (Orlebeke et al, 2016). Com base na análise dos processos, identificou 6 competências que considerou essenciais que os advogados aplicassem na sua conduta na representação dos menores, sendo elas as seguintes:

1. “Entrar no mundo da criança;
2. Avaliar a segurança da criança;
3. Avaliar as suas necessidades;
4. Planeamento antecipado do caso;
5. Desenvolver as teorias do caso;
6. Defender eficazmente” (Orlebeke et al, 2016).

Segundo Donald Duquette, estas seriam as 6 competências a serem necessárias de implementar num modelo de boas práticas. Com base em Orlebeke et al (2016), a primeira competência, “entrar no mundo da criança”, diz respeito ao conhecimento que o advogado deve adquirir quanto ao desenvolvimento infantil, de forma a conseguir avaliar a maturidade e o discernimento da criança, e também para aprender de que forma deve orientar o seu discurso consoante as particularidades da criança, para obter as informações pretendidas, como entender os desejos da criança, bem como o seu contexto familiar, social e económico. Para a segunda competência, viu-se a necessidade de instruir no advogado a capacidade de avaliar a segurança da criança, bem como perceber de que forma a poderia garantir. A terceira, tal como indica, serviria para os ajudar a identificar as necessidades, sendo isto feito através de uma avaliação adequada da criança, da sua família, e do meio em que se encontra. A quarta destinava-se a auxiliar o advogado a planear o caso e também

a participar de forma mais ativa no decorrer do processo. A quinta, destinava-se a orientar a defesa do caso, orientando-o para uma teoria de caso “ativa e voltada para o futuro”, em que os advogados eram convidados a explicar o porquê com base nas evidências recolhidas junto da criança e da família. Por fim, a defesa eficaz concentrava-se na inclusão de métodos não contraditórios, e na apresentação de resolução de problemas que poderiam ajudar a atender às lacunas do processo. Todas estas competências promovem no advogado a necessidade da escuta ativa (através da competência 1 e 2), competências de aconselhamento e orientação (com base nas competências 3 e 4) e de defesa (5 e 6), como pode ser observado na figura 1 (Orlebeke et al, 2016).

**Figura 1. QIC-ChildRep Modelo de Boas Práticas**

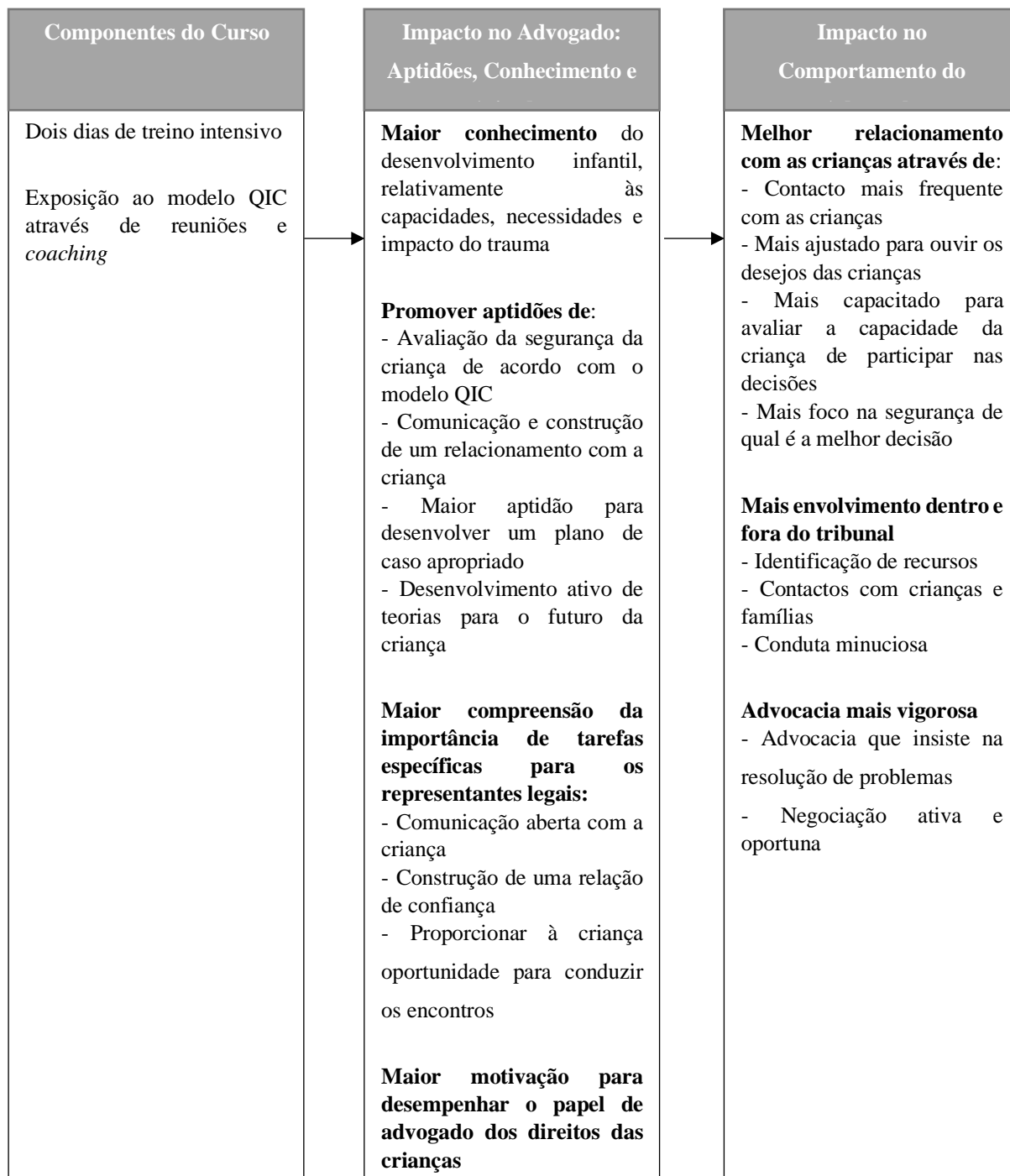


Fonte: Orlebeke, N., Zhou, X., Skyles, A., Zinn, A. (2016). *Evaluation of the QIC-ChildRep Best Practices Model Training for Attorneys Representing Children in the Child Welfare System*. Chicago, IL: Chapin Hall at the University of Chicago.

Neste sentido, o autor considerou que estas práticas poderiam ser transmitidas num curso com duração 16h distribuído por 2 dias, e moderado por um advogado com aptidões nesta área, bem como uma psicóloga perita no desenvolvimento infantil. Para além deste curso, a cada trimestre estes advogados receberiam formação suplementar na forma de reuniões de grupo (com o objetivo de providenciar a oportunidade da discussão de casos em grupo, de forma a poderem refletir e discutir hipóteses) lideradas por um advogado instruído na matéria, e também orientação individual (Orlebeke et al, 2016).

Na figura 2, estão apresentadas as características esperadas a ser alcançadas com esta formação nos advogados.

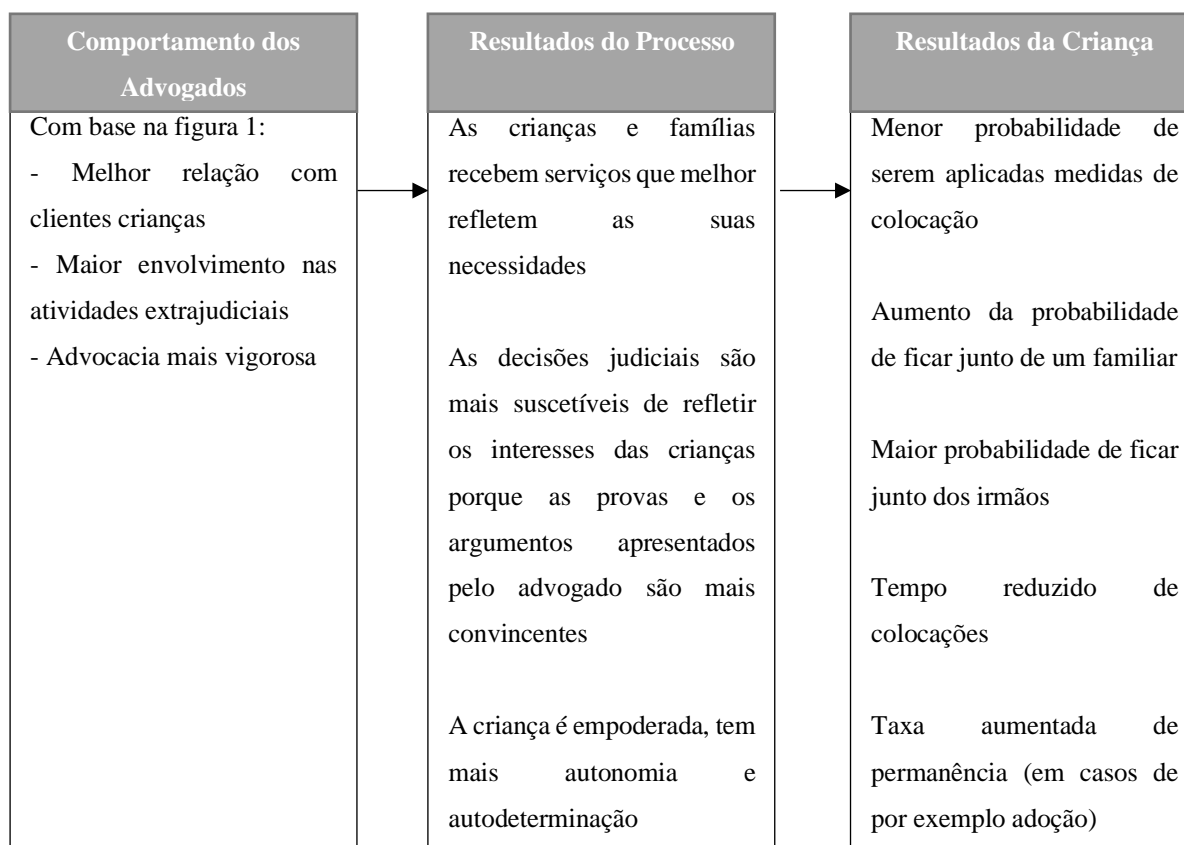
**Figura 2. QIC-ChildRep - Expectativas do Impacto nos Advogados**



Fonte: [https://www.chapinhall.org/wp-content/uploads/QIC-ChildRep\\_Chapin\\_Hall\\_Evaluation.pdf](https://www.chapinhall.org/wp-content/uploads/QIC-ChildRep_Chapin_Hall_Evaluation.pdf)

Já na figura 3, está apresentada as expectativas que a alteração do comportamento do advogado tenha nos processos das crianças:

**Figura 3. QIC-ChildRep - Expectativa do Impacto do Comportamento do Advogado**



Fonte: [https://www.chapinhall.org/wp-content/uploads/QIC-ChildRep\\_Chapin\\_Hall\\_Evaluation.pdf](https://www.chapinhall.org/wp-content/uploads/QIC-ChildRep_Chapin_Hall_Evaluation.pdf)

Os resultados mostraram que, embora esta formação tenha tido o impacto esperado na maioria dos advogados, o que é bastante positivo, não se mostrou impactante nos processos, isto é, era espectável que as mudanças esperadas nos advogados levassem às mudanças esperadas na figura 2, mal tal não aconteceu. Este resultado pode prender-se ao facto de que nos processo não existe apenas a intervenção dos advogados, mas sim de equipas multidisciplinares, como o exemplo dos psicólogos, assistentes sociais, professores, a própria família, entre outros, e que todos os intervenientes também têm influência no processo, sendo que acabou por se tornar inevitável, segundo os autores, de concluírem que não se pode avaliar apenas o impacto de um interveniente para alterar o rumo do processo, mas sim a necessidade de ter em consideração o impacto de toda a equipa multidisciplinar. Todavia, é um programa que mudou os comportamentos dos advogados de forma a ficarem mais alinhados com os modelos de boas práticas na intervenção dos processos de menores que são reconhecidos nacionalmente (Orlebeke et al, 2016).



## 6. Audição da Criança

Ao longo de toda a revisão bibliográfica, são várias as vezes que vemos mencionada a importância do conhecimento acerca do desenvolvimento da Criança, de forma a que este auxilie na orientação da entrevista. Neste sentido, considerou-se importante abordar aqui algumas características bem como orientações de como conduzir a audição. Antes de mais, considera-se determinante que se perceba qual o enquadramento jurídico da audição da criança em Portugal.

Em virtude disto, a Audição da Criança está contemplada no art 4º da lei 141/2015 de 08 de setembro como um dos princípios orientadores, e refere-nos que “a criança, com capacidade de compreensão dos assuntos em discussão, tendo em atenção a sua idade e maturidade, é sempre ouvida sobre as decisões que lhe digam respeito, preferencialmente com o apoio da assessoria técnica ao tribunal, sendo garantido, salvo recusa fundamentada do juiz, o acompanhamento por adulto da sua escolha sempre que nisso manifeste interesse”. Para além desta contemplação, também no artigo 5º da mesma lei, estão dispostas algumas orientações relativas à audição da criança, sendo elas:

1. “A criança tem o direito de ser ouvida, sendo a sua opinião tida em consideração pelas autoridades judiciais na determinação do seu superior interesse.
2. - Para efeitos do disposto no número anterior, o juiz promove a audição da criança, a qual pode ter lugar em diligência judicial especialmente agendada para o efeito.
3. A audição da criança é precedida da prestação de informação clara sobre o significado e alcance da mesma
4. A audição da criança respeita a sua específica condição, garantindo-se em qualquer caso, a existência de condições adequadas para o efeito, designadamente:
  - a. A não sujeição da criança a espaço ou ambiente intimidatório, hostil ou inadequado à sua idade, maturidade e características pessoais;
  - b. A intervenção de operadores judiciais com formação adequada.
5. Tendo em vista o cumprimento do disposto no número anterior, privilegia- -se a não utilização de traje profissional aquando da audição da criança.
6. Se o interesse superior da criança ou do jovem o justificar, o tribunal, a requerimento ou oficiosamente, pode proceder à audição da criança, em

qualquer fase do processo, a fim de que o seu depoimento possa ser considerado como meio probatório nos atos processuais posteriores, incluindo o julgamento.

7. A tomada de declarações obedece às seguintes regras:

- a. A tomada de declarações é realizada em ambiente informal e reservado, com vista a garantir, nomeadamente, a espontaneidade e a sinceridade das respostas, devendo a criança ser assistida no decurso do ato processual por um técnico especialmente habilitado para o seu acompanhamento, previamente designado para o efeito;
- b. A inquirição é feita pelo juiz, podendo o Ministério Público e os advogados formular perguntas adicionais;
- c. As declarações da criança são gravadas mediante registo áudio ou audiovisual, só podendo ser utilizados outros meios técnicos idóneos a assegurar a reprodução integral daquelas quando aqueles meios não estiverem disponíveis e dando-se preferência, em qualquer caso, à gravação audiovisual sempre que a natureza do assunto a decidir ou o interesse da criança assim o exigirem
- d. Quando em processo-crime a criança tenha prestado declarações para memória futura, podem estas ser consideradas como meio probatório no processo tutelar cível;
- e. Quando em processo de natureza cível a criança tenha prestado declarações perante o juiz ou Ministério Público, com observância do princípio do contraditório, podem estas ser consideradas como meio probatório no processo tutelar cível;
- f. A tomada de declarações nos termos das alíneas anteriores não prejudica a prestação de depoimento em audiência de julgamento, sempre que ela deva ser possível e não puser em causa a saúde física e psíquica e o desenvolvimento integral da criança;
- g. Em tudo o que não contrarie este preceito, aplica -se, com as necessárias adaptações, o regime processual civil previsto para a prova antecipada”.

Todavia, segundo Fialho (2017), apesar de todas as diretrizes estabelecidas relativamente à audição da criança, esta não deixa de ser uma situação intensa para a criança, bem como exigente para o profissional que a realize, reforçando mais uma vez, que esta exigência à necessidade de formação para orientar estas entrevistas, bem como a necessidade

de obter um razoável conhecimento sobre diversas áreas, como de que forma conduzir a entrevista, bem como aferir e conhecer o nível de desenvolvimento da criança.

Tal como Alberto et (2017) indica, o papel fulcral que a criança assume no contexto dos seus processos, exige que o profissional que conduz o seu depoimento esteja, para além de muito bem treinado e preparado, detentor de conhecimento sobre a condução de entrevistas a menores, bem como domine aspetos ligados ao desenvolvimento infantil, como limitações e capacidades dos menores. Aliás, Alberto et al (2017) cit Lamb et al (2008), Zajac (2009), Hamilton et al (2016) e Ye et al (2016), defende que “a qualidade da evocação do relato feito pela criança depende mais do entrevistador e das condições da entrevista do que das características da criança”.

De forma a auxiliar os profissionais judiciais na condução das suas audições com as crianças, a Dra. Rute Agulhas e a Dra. Joana Alexandre, criaram um Guião de Boas Práticas, para que, de forma sucinta e direta, lhes facultem algumas diretrizes para os orientar e ajudar nas questões psicológicas. Tal como o nome indica, isto não constitui uma formação, workshop ou curso, mas sim um documento orientativo para a audição das crianças. Com base nisto, o guião está dividido em 4 grandes variáveis: 1) variáveis ambientais, 2) variáveis da entrevista, 3) variáveis da criança e 4) variáveis do entrevistador.

#### 1) Variáveis Ambientais

Nesta variável são dadas respostas quanto ao espaço físico e aos materiais. O espaço físico, é referente à sala de espera e à sala da audição. A sala de espera deve conter materiais didáticos, ou outros elementos que ajudem a diminuir a ansiedade da criança (Agulhas & Alexandre, 2017). Já o espaço relativo à sala da audição, deve ser o mais informal possível, contendo o menor número possível de elementos que possam distrair a criança, e fazer com que fique menos focada na audição. Se necessário, e conforme avaliada a necessidade, pode ser disponibilizado à criança materiais didáticos, como folhas, marcadores ou legos, que a ajudem a manter a concentração e a reduzir os níveis de ansiedade. Para além disto, e de forma a que não se sinta intimidada, o entrevistador deve sentar junto e não de frente para a criança, evitando também o traje profissional, e o menor número de pessoas possível no espaço da audição (Agulhas & Alexandre, 2017).

De modo a não massacrar a criança com novas audições, evitando a revitimização, deve ser efetuado o registo audiovisual. Se possível, num posicionamento em que não desperte a atenção da criança.

## 2) Variáveis da Entrevista

A entrevista deve ser orientada com antecedência, de forma a que seja semiestruturada. Inicialmente é aconselhado que explique todo o procedimento, ou seja, que explique questões como o registo audiovisual, apresentar os restantes intervenientes que estão presentes bem como quais as suas funções, informando sempre a criança que pode dizer que não compreende alguma questão, e que só precisa de responder se se sentir confortável. É fulcral que nesta fase, tente já ter em atenção o tipo de vocabulário que usa, começando por colocar perguntas mais neutras, de forma a que no seguimento na entrevista consiga adaptar a sua linguagem à linguagem da criança (Agulhas & Alexandre, 2017).

Quanto ao tipo de perguntas a ser usadas, estas devem ser abertas e diretas, por prejuízo de poder deixar a criança confusa, colocadas em linguagem simples e sem o uso de terminologia legal. Devem ser evitadas as perguntas de sim ou não, bem como só se recorre a perguntas fechadas quando se vê a necessidade de obter informação mais específica. Estes profissionais devem ter o cuidado para não realizarem questões sugestivas, pois, tal como Fanetti et al (2014) refere, a sugestionabilidade é o grau em que alguém responde e é influenciado sugestão de algo ou de alguém, e sendo crianças, facilmente afirmam a sugestão dada.

## 3) Variáveis da Criança

Para além da constante menção da importância de estarem cientes dos domínios do desenvolvimento infantil, e de todo o processo de desenvolvimento, que envolve mudanças constantes muitas vezes associadas a marcos da idade, é também muitas vezes referida a avaliação da maturidade. Para Agulhas e Alexandre (2017), por maturidade entende-se “a capacidade da criança para compreender e refletir sobre aspetos da sua vida e dos que lhe são próximos, quando questionada sobre os mesmos, bem como a sua capacidade para tomar decisões”.

O entrevistador tem a função de orientar a sua entrevista em torno da avaliação da maturidade, bem como das características do desenvolvimento, sempre tendo em consideração o caso específico da criança, isto é, sempre aliado de integrar estas questões consoante as características do caso e o contexto do mesmo.

Agulhas e Alexandre (2017), consideraram que não iria abordar neste guião os aspetos do desenvolvimento das crianças dos 0 aos 3 anos de idade, pois estas raramente são envolvidas nos processos de audição. Neste sentido, denominaram algumas características da fase pré-escolar da criança, isto é, dos 3 aos 5 anos. É uma fase de extrema curiosidade, em que o pensamento, embora careça de lógica, consegue ordenar e classificar com alguma facilidade. Todavia, tem ainda dificuldade em situar os acontecimentos no tempo. Embora seja sempre sugerido as respostas abertas, nestas idades estas ainda não apresentam o raciocínio lógico que lhes permita desenvolver grandes respostas, portanto a forma de abordar a criança deve ser feita com extrema delicadeza, pois também são as mais suscetíveis às questões sugestivas, tendo também a tendência para responderem de acordo com o que consideram que o adulto quer ouvir. Neste sentido, as questões devem ser o mais concretas possível, para evitar que estas dispersem (Agulhas & Alexandre, 2017). Relativamente às emoções, estas já conseguem entendê-las bem como relacioná-las a determinados eventos.

Quanto à fase escolar dos 6 aos 12 anos, Agulhas e Alexandre (2017), referem que estas já se envolvem mais ativamente nos diálogos, tornando-se as descrições dos eventos mais detalhadas, bem como há um aumento da sua noção temporal. Enquanto que na fase anterior, tínhamos em desenvolvimento características emocionais e cognitivas, bem como sociais, aqui a junção destas características aprimoradas, formam também a noção moral, remetida para uma consciência de justiça, fazendo com que sintam responsabilidade pelos seus atos. Há medida do aumento da idade, maior é a sua capacidade cognitiva, permitindo que já efetuem análises lógicas, e já controlam com mais facilidade a sua atenção. Enquanto que nas idades inferiores aos 6 anos, estes já reconheciam as emoções básicas como a alegria e a tristeza, é a partir desta fase que começam também a reconhecer a culpa e a vergonha (Agulhas & Alexandre, 2017), existindo assim a necessidade de uma atenção redobrada no discurso para não fazer sentir culpados.

Já na adolescência, dão-se as grandes mudanças físicas, que levam a grandes mudanças emocionais, através das alterações hormonais que são características da fase da puberdade. É também nesta fase que se começa a construir a identidade e a valorizar as relações com os pares, sendo, segundo Agulhas e Alexandre (2017), “a intimidade vista como o marco essencial da amizade no início da adolescência (partilha de sentimentos e pensamentos privados; revelação do *Eu*, conhecimento das características de personalidade)”.

Também nesta fase, denota-se o aumento da capacidade argumentativa, bem como começam a “compreender a realidade de uma forma lógica, (...) formulando hipóteses e

procurando soluções sem recorrer apenas à observação da realidade” (Agulhas & Alexandre, 2017).

Nesta fase é notório o desafio a autoridade, bem como uma necessidade de imposição e de crescente desenvolvimento da autonomia, criando, muitas vezes, conflitos com os progenitores, dado um constante desafio às regras e limites impostos por estes. Tal como Agulhas e Alexandre (2017) aludem, é este o “período mais propenso ao risco (p.ex., consumos, doenças sexualmente transmissíveis)”.

Nesta fase, e se os processos impostos estiverem ligados a maus tratos, abusos, conflitos interparentais, entre outros, ou se já os vivenciaram anteriormente, é necessário ter estas nuances em consideração, pois podem afetar, significativamente o funcionamento do jovem.

Tendo estes, claramente uma capacidade mnésica e cognitiva, é fulcral que se reforce, junto dos jovens, a importância que o seu testemunho pode ter para a condução deste processo, bem como o valor que a sua experiência pode ter, incitando-os a ter um relato o mais detalhado possível.

#### 4) Variáveis do entrevistador

Para além de todas as variáveis já descritas que o entrevistador deve ter em conta aquando da sua entrevista com estes menores, é preciso que, com base no que Agulhas e Alexandre (2017) referem, que estes tenham consciência da dificuldade que estes processos acarretam e que, por muito que se exija, dificilmente são apenas racionais. É necessária uma imparcialidade, de modo a que não se envolva emocionalmente no processo, deturpando assim a sua visão do mesmo.

Sendo, de uma forma geral, temáticas bastante sensíveis, é preciso haver um controlo na expressão das suas emoções, tentando não revelar “surpresa, choque, repugnância, aprovação ou desaprovação, ou qualquer outra reação que possa influenciar o relato da criança” (Agulhas & Alexandre, 2017).

É requerido que, acima de tudo, se mostrem empáticos para com estas crianças e jovens. Que lhes mostrem confiança, e lhes deem o espaço necessário para abordarem as suas questões, respeitando, sempre que necessário, o espaço e o silêncio destas.

Este guião demonstra ser uma boa proposta e orientação bem como uma proposta prática e de fácil acesso para todos os profissionais desta área. Todavia, é um guião de consulta rápida, sucinto, onde cabe à interpretação de cada um. Com base nisto, neste estudo, destacamos perceber a importância que a formação tem para estes profissionais, bem como

quais as dificuldades apresentadas pelos próprios no contacto com os menores, percebendo também a importância que dão a determinadas características ao relacionarem-se com estes menores.

## **II – Estudo Empírico**



## **1. Objetivos**

A presente investigação tem como objetivo geral perceber qual a experiência e a percepção dos advogados na representação legal de menores relativamente aos processos de promoção e proteção.

Sendo que a atribuição de um advogado é um meio de defesa consagrado para salvaguardar e defender os direitos das crianças, é fundamental que estes profissionais saibam de que forma atuar para resguardar os interesses dos menores e, acima de tudo, garantir o seu bem-estar. Neste sentido, e de forma a que seja o mais benéfico possível para estas crianças e jovens, os objetivos específicos servem para perceber qual é a abordagem adotada por estes profissionais junto das mesmas, bem como qual o conhecimento sobre o seu desenvolvimento que detêm. Para além disto, entender também a valorização que dão a determinados aspetos relacionados com a representação legal de menores. Por fim, é fulcral entender quais as dificuldades e desafios que sentem, bem como que tipo de formação constituem.

## **2. Metodologia**

Este estudo irá adotar uma metodologia quantitativa, descritiva, correlacional e exploratória.

Esta é 1) quantitativa, pois é a que melhor se adequa de forma a atingir o objetivo; 2) descritiva, porque se pretende descrever uma realidade através de uma análise minuciosa dos objetivos do estudo; 3) correlacional pois é através desta metodologia que procuramos observar a relação entre duas variáveis, de forma a determinar se são dependentes ou independentes; 4) exploratória, pois este trata-se de um estudo exploratório que pretende entender a representação de menores na primeira pessoa, neste caso, os advogados, com o objetivo de recolher informação numa área pouco explorada.

## **3. Método**

### **3.1. Participantes**

Neste estudo participaram 96 advogados que desenvolvem a sua atividade profissional em Portugal. Sendo que o objetivo do estudo seria avaliar a percepção dos advogados que já representaram menores em processos de promoção e proteção, foi efetuada uma pergunta

triagem, que iria delimitar quem já trabalhou com estes processos e quem não. Neste sentido, a amostra final corresponde a 61 participantes que já representaram menores em processos de promoção e proteção, correspondendo assim a 63.5% do total de respostas obtidas.

As idades estão compreendidas entre 24 e 65 anos, sendo a média 43 anos, com um desvio padrão de 10.33. 82% dos inquiridos são do sexo feminino, correspondendo assim o sexo masculino a 18%.

Quanto às habilitações literárias, 63.9% refere ter apenas licenciatura, 31.1% mestrado e 4.9% doutoramento.

A experiência profissional dos advogados varia entre os 2 e os 33 anos, com uma média de 16.20 anos e um desvio padrão de 8.47.

A modo de resumo, a maioria desta amostra é composta por mulheres, com uma média de idades de 43 anos e maioritariamente com 16 anos de experiência, tendo como habilitações literárias a licenciatura.

Os distritos nos quais exercem a sua atividade profissional foram distribuídos conforme a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), de forma a facilitar o tratamento estatístico. Estas nomenclaturas estão divididas em três níveis diferentes, sendo estas a NUTS I, NUTS II e NUTS III. Neste caso específico, os distritos estão organizados consoante a NUTS II, que divide então o país da seguinte forma: zona Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

Vários dos profissionais inquiridos referiram trabalhar em diversos distritos simultaneamente. A área na qual mais advogados exercem a sua atividade corresponde à zona Norte, com  $N=24$ , seguido da Área Metropolitana de Lisboa, com  $N=19$  bem como da zona Centro, com  $N=17$ .

### **3.2. Instrumento**

O instrumento (ver anexo I) foi elaborado de raiz, de forma a responder aos objetivos a que nos tínhamos proposto. Este foi organizado com recurso à plataforma online *Google Forms*, que possibilita a sua partilha através de um *link*, facilitando a distribuição e o acesso a mais participantes. Por indicação da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa (ver anexo II), as perguntas não eram de preenchimento obrigatório, e por isso a amostra pode divergir entre as questões.

É importante referir que a construção do questionário foi sempre elaborada com o auxílio de uma jurista.

O questionário está estruturado em grupos, sendo que o primeiro é referente à explicação, sucinta, em que consiste o questionário, bem como a apresentação do consentimento informado. Nisto, segue-se uma pergunta triagem, referente a se já representaram crianças e/ou jovens no âmbito dos Processos de Promoção e Proteção.

Apenas as respostas afirmativas à pergunta triagem permitiam aos participantes avançar para o preenchimento do questionário que estava dividido em 3 seções: experiência profissional na representação de crianças/jovens com processos aplicados de promoção e proteção, os grupos temáticos de aspetos relacionados com a representação legal de menores e os dados sociodemográficos.

Em relação à primeira seção, procuramos saber em quantos processos os advogados participantes já representaram menores, bem como em que áreas de intervenção e quais as medidas dos processos de promoção e proteção que estavam a ser aplicadas. Este grupo, é constituído por perguntas de resposta aberta e fechada. Nas perguntas fechadas o participante pode escolher múltiplas opções dentro da mesma questão, excetuando uma questão que está disposta numa escala tipo *Likert*.

Indo de encontro a um dos nossos principais objetivos, procurou-se também aqui perceber quais as maiores dificuldades com que estes profissionais se deparam na sua prática junto de menores.

Sendo este um grupo referente à experiência profissional, considerou-se importante entender se, para além das habilitações académicas necessárias para poderem exercer, os participantes teriam formação específica como workshops, pós-graduações e/ou cursos intensivos, entre outros, dentro desta área. Se sim, em que tipo de temáticas, de forma a perceber quais os temas em que mais procuraram aprofundar os seus conhecimentos.

Por fim, e independente de se tenham ou não realizado formação específica, considerou-se relevante perceber em que grau consideram importante esta formação para representar menores. Por isso, esta pergunta foi colocada numa escala de *Likert* onde o 1 representava “não considera importante” e o 5 “considera extremamente importante”.

No que respeita à seção sobre a experiência na representação legal de menores, foi elaborado um conjunto de questões em que considera importante principalmente quatro fatores, sendo estes tentar compreender a importância que o processo legal tem para estes profissionais, os métodos de entrevista, a importância de conhecer o contexto de origem da criança, e qual o conhecimento e a preocupação com o menor e o seu desenvolvimento.

A estes quatro grupos, juntou-se um quinto, com perguntas genéricas sobre a experiência dos advogados na representação de menores.

Cada grupo é formado por 5 itens, todos dispostos em perguntas fechadas, cujo formato de resposta é uma escala tipo *Likert* em que o 1 representa “não considera importante” e o 5 “considera extremamente importante” e estão representadas na tabela 1.

**Tabela 1**

*Itens que constituem os Grupos Temáticos*

<b>Aspetos Genéricos da Representação Legal de Menores</b>	<b>Integração do Menor no Processo Legal</b>	<b>Qualidade da Entrevista</b>	<b>Contexto de Origem dos Menores</b>	<b>Desenvolvimento Infantil e Relacionamento Profissional</b>
Ouvir os desejos e opiniões do menor.	Explicar ao menor o papel de cada um dos intervenientes no processo.	Adaptar a linguagem à capacidade de compreensão do menor.	Conhecer o contexto económico e social de origem do menor.	Conhecer as características do desenvolvimento infantil.
Ter em consideração os possíveis efeitos psicológicos que a intervenção jurídica possa ter para o menor.	Explicar ao menor as possíveis soluções (medidas de promoção e proteção) no processo em que estão envolvidos.	Evitar perguntas fechadas de resposta sim e não.	Conhecer os progenitores ou núcleo familiar do menor.	Construir uma relação profissional de confiança com o menor.
Adaptar o contexto onde toma contacto com o menor.	Explicar ao menor o processo em que está envolvido.	Evitar uma linguagem sugestiva.	Conhecer o contexto cultural e étnico de origem do menor.	Criar uma distância afetiva do menor.
Permitir que o menor coloque todas as questões e dúvidas que tenha.	Explicar ao menor como é um tribunal antes de ser ouvido.	Repetir as questões ou informações as vezes que for necessário.	Conhecer os pareceres dos técnicos envolvidos no processo.	Conhecer a capacidade do menor para ser ouvido em tribunal.
Explicar ao menor os seus direitos.	Contar com o auxílio de outros profissionais para definir a sua estratégia.	Permitir que o menor se expresse livremente.	Permitir que o menor seja ouvido na ausência dos progenitores, ou qualquer outra pessoa próxima.	Interferência de fatores emocionais no testemunho do menor.

Para cada um destes grupos temáticos, sendo que cada grupo é composto por cinco perguntas, e que o intervalo de respostas varia entre 1 e 5, a pontuação máxima para cada grupo é de 25 pontos sendo que uma maior pontuação implica uma maior preocupação dos advogados pelas temáticas apresentadas.

Para além dos cinco grupos, criou-se uma sexta variável com o somatório de todos os grupos, à qual se intitulou de Importância Global. Neste grupo, o valor máximo corresponderá a 125 pontos.

Finalmente, no que respeita à última secção, esta faz referência entre os dados sociodemográficos que nada comprometem o anonimato e confidencialidade do participante. Esta secção inclui informação sobre a idade e os anos de experiência profissional como advogados, o sexo, as habilitações literárias e os distritos em que exercem.

### 3.3. Procedimento

Para a realização do presente estudo, em primeiro lugar, procedeu-se à construção do instrumento. Este foi construído tendo em conta a literatura disponível e os objetivos de estudo. Tal como referido anteriormente, foi auxiliado por uma profissional da área. Quando se deu por concluída a realização do questionário, foi elaborado o protocolo de investigação no qual continha a descrição dos objetivos e do método bem como o questionário anexo, de forma a ser submetido para apreciação da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa. O aval foi positivo, no entanto, e como já referido, recomendaram a retirar a obrigatoriedade das respostas de forma a garantir o total consentimento para a participação, de modo a que os participantes não se sentissem pressionados a dar uma resposta.

Para a recolha dos participantes, procedeu-se à partilha do questionário em redes sociais como o *LinkedIn*, e através de círculos fechados de contactos. Foi também enviado um e-mail individual a todas as comarcas do país a solicitar a sua colaboração em partilhar o questionário pelos seus associados. Estes e-mails continham uma breve explicação do questionário bem como da importância do mesmo, reforçando sempre que em nada o preenchimento do questionário os comprometeria e que, por isso, era-lhes garantida a confidencialidade e o anonimato das respostas. A voluntariedade da participação foi assegurada pelo consentimento informado, sem o qual não era possível avançar no preenchimento do questionário.

Após a recolha de todos os dados, foi composta uma base de dados para se dar início à análise estatística. Esta análise foi realizada com recurso ao SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), tendo sido utilizada a versão 26 para *Windows*.

Foram realizadas algumas transformações nas variáveis de origem, nomeadamente, a categorização das respostas das perguntas abertas por temas.

### 3.4. Apresentação e Discussão dos Resultados

O primeiro grupo do questionário remete para a experiência profissional na representação de crianças e jovens. Aqui, tal como supramencionado, constata-se dados como a quantidade de processos no âmbito da promoção e proteção que cada advogado já assumiu, bem como qual a área de intervenção e as medidas que os processos teriam aplicadas.

Para além disto, pode-se constatar quais as maiores dificuldades que os advogados enfrentam na sua prática junto dos menores, bem como qual a importância que dão à formação.

Sendo assim, quanto ao número de processos que tiveram na área da promoção e proteção, a amostra a ter em conta aqui é de  $N=55$ , com valores entre 1 e 50 casos, apresentando assim uma média de 13.93 um desvio padrão de 12.190.

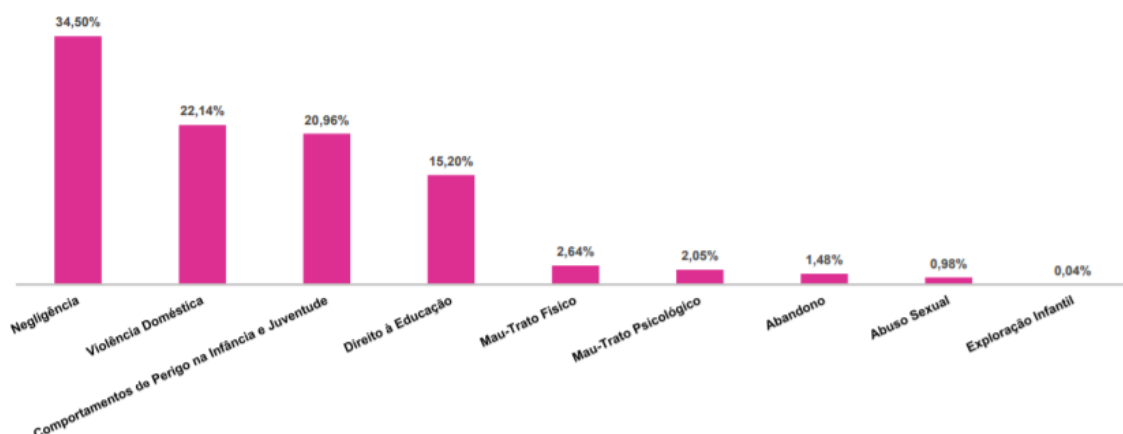
As áreas de intervenção nos processos de promoção e proteção ( $N=61$ ), são alusivas à negligência, violência doméstica, comportamentos de perigo na infância e juventude, direito à educação, maus tratos físicos e psicológicos, abuso sexual, abandono e exploração infantil.

O tipo de processo mais representado por advogados é o de comportamentos de perigo, com uma percentagem de 73.8. Estes comportamentos são referentes a adições, comportamentos agressivos, antissociais e criminais, entre outros. Segundo o relatório anual da CPCJ de 2019 (sendo este o mais recente para consulta pública), os comportamentos de perigo na infância e juventude constituíram 20.96% (tal como é possível constatar na figura 4) das situações de perigo diagnosticadas nesse ano, colocando-se apenas atrás da negligência e da violência doméstica nas situações mais diagnosticadas nesse ano corrente.

A seguir aos comportamentos de perigo, também a negligência e a violência doméstica compõem uma grande parte dos processos representados neste estudo, abarcando ambos uma percentagem de 54.1. Curiosamente, os processos relacionados com o direito à educação, apenas representam 14.8%. Não deixa de ser singular, visto que esta problemática constituiu 15.20% das situações diagnosticadas em 2019 pela CPCJ, ficando apenas atrás dos comportamentos de perigo com uma diferença de pouco menos do que 5%.

**Figura 4**

*Situações de Perigo Diagnosticadas em 2019*



Fonte: CNPDPCJ. (2019). Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2019. 1–173.

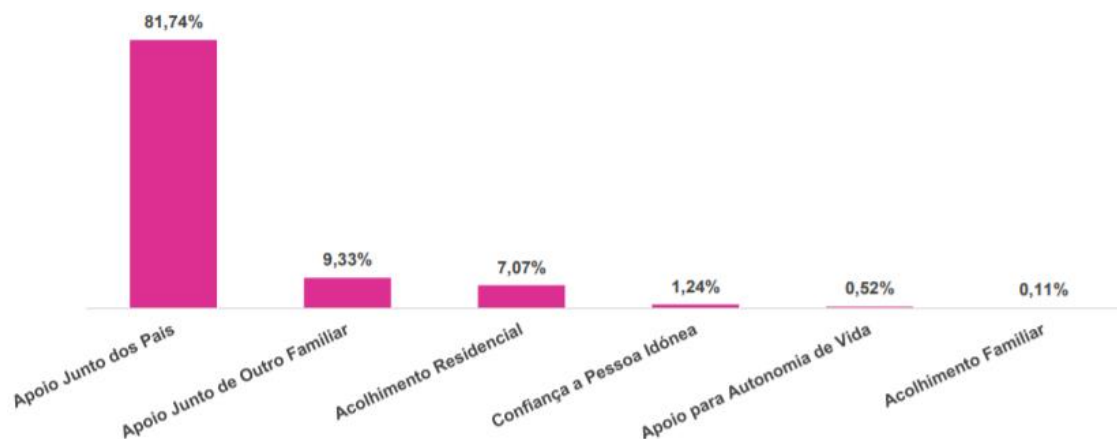
Estes resultados, relativamente aos processos de direito à educação, podem representar que, embora sejam dos mais usuais no âmbito da promoção e proteção, são os que se resolvem, de certa forma, com uma maior facilidade dentro das equipas quer da CPCJ, quer da EMAT, sem a necessidade da intervenção de advogados e, por isso, sem a necessidade de que este tipo de processos cheguem a situações de debate judicial, ou a situações de conflito entre os progenitores/representantes legais e o menor.

Quanto às restantes áreas, neste estudo os maus tratos compreendem 52.5%, abuso sexual 37.3%, abandono 23% e a exploração infantil 3.3%.

No que diz respeito às medidas aplicadas, estas são referentes ao apoio junto dos pais, junto de um familiar, junto de uma pessoa idónea, acolhimento familiar, acolhimento institucional e o acolhimento familiar. A mais presente na intervenção dos advogados nos processos de promoção e proteção é, nitidamente, a medida de colocação de acolhimento institucional, representando 80.3%. Conforme o relatório anual de 2019 da CPCJ, esta medida foi a terceira mais aplicada, constituindo 7.07% dos casos, como pode se pode analisar na figura 5.

**Figura 5**

*Medidas aplicadas no Ano de 2019*



Fonte: Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2019. 1–173.

Isto pode ser demonstrativo que, independente da área de intervenção, a medida em si de acolhimento residencial/institucional é a que mais necessita da intervenção dos advogados. É necessário frisar que no âmbito destes processos, o ideal é que as medidas de colocação sejam das últimas a ser exploradas, isto porque, idealmente, deve ser priorizada a prevalência na família, tal como descrito no Artigo 4º da LPPCJ, na alínea h, que indica que “na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os

integrem em família, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável”. Por isto, prevê-se, e espera-se, que estas medidas só sejam exploradas quando as restantes não surtem o efeito necessário, ou por falta de recursos para aplicar as medidas em meio natural de vida.

Por consequente, a segunda medida mais presente nos processos de promoção e proteção representados por advogados, é a medida em meio natural de vida de apoio junto dos pais. Como pudemos constatar na figura 5, estas medidas são, sem dúvida, as mais aplicadas neste tipo de processos, tendo em consideração a já referida prevalência na família. Neste estudo, 73.8% dos advogados referem ter experiência em processos com aplicação destas medidas. Segue-se das medidas de apoio junto de outro familiar, com uma percentagem de 49.2%, confiança a pessoa idónea 27.9%, acolhimento familiar 24.6% e apoio para autonomia de vida com 9.8%.

Ainda dentro deste primeiro bloco relacionado com a experiência profissional dos participantes e, relativamente às dificuldades sentidas pelos advogados na sua prática profissional, estes enumeraram, de forma aberta, diversas dificuldades, que foram agrupadas por temas de maneira a tornar a sua análise mais informativa. Neste sentido, foi possível agrupar as respostas nas seguintes categorias:

- 1) Dificuldades relacionadas com os pais/representantes;
- 2) Dificuldades relacionadas com os menores;
- 3) Constrangimentos legais e processuais;
- 4) Dificuldades relacionadas com CPCJ e/ou técnicos;
- 5) Dificuldades relacionadas com a falta de serviços/apoios;
- 6) Dificuldades relacionadas com aspetos individuais/pessoais;
- 7) Outros.

As dificuldades mais sentidas estão relacionadas com o contacto com os próprios menores. Entre elas destacam-se dificuldades na comunicação com a criança, a falta de colaboração e interesse das mesmas, a imaturidade, e a falta de formação para conseguirem aceder à criança, de forma a ganharem a sua confiança.

De seguida as dificuldades relacionadas com os progenitores/representantes legais, onde, realçam-se como exemplo a falta de colaboração dos mesmos, a falta de postura educacional para com o menor, a incapacidade parental e também a sua imaturidade.

São várias as dificuldades apontadas em relação à colaboração com a CPCJ e/ou técnicos. Estes profissionais acreditam que há uma falta de empatia por parte dos técnicos, de



sensibilidade, colaboração e também de disponibilidade. Apontam também críticas à demora de resposta e intervenção por parte das CPCJ.

Quanto aos constrangimentos legais e processuais, fazem menção, por mais do que uma vez, à demora das respostas por parte do tribunal, bem como a falta de sensibilidade dos magistrados e da escassa percepção da realidade social.

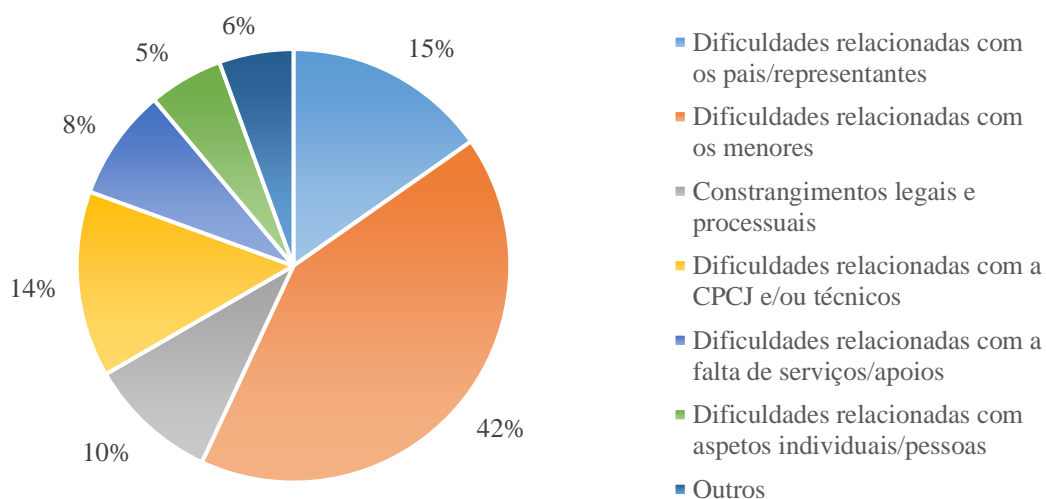
Relativamente à falta de apoios, todas as dificuldades se centram na crença de que existem falhas no apoio, em termos de serviços, em diversas valências, acreditando que existe uma ausência de redes de apoio concertadas para os menores e respetiva família.

Também alguns advogados que evidenciaram as suas próprias dificuldades, nomeadamente admitindo a falta de formação para conseguir estabelecer uma relação com a criança ou dificuldades para lidar com as situações de abandono parental, entre outros.

No grupo outros, foram agrupadas respostas de difícil interpretação e que pelo seu conteúdo não foi possível categorizar em nenhum dos outros grupos anteriores, como por exemplo menção ao “direito de uma vida digna” sem acrescentar mais informação. Todas estas dificuldades estão apresentadas na figura 6.

**Figura 6**

*Percentagem das Dificuldades apresentadas pelos Advogados*



Tal como mencionado, e constatado pela figura 6, as maiores dificuldades são em como lidar com os menores bem como com os representantes legais. Isto pode representar a falta de experiência destes profissionais no contacto com estes indivíduos, o que vai também de encontro com o já referido previamente, isto é, que estes profissionais são formados para interpretar a lei, e aplicá-la, havendo uma carência de aprendizagem ao nível do contacto com

a população e de como abordá-la e orientá-la neste tipo de processos que implicam populações mais sensíveis, como o caso das crianças (Swain, 1989).

Quanto à formação específica, 44.3% dos inquiridos admitem nunca terem realizado qualquer tipo de formação. Ou seja, quase metade da amostra nunca fez qualquer tipo de formação específica.

Os que fizeram, referenciam os workshops como o tipo de formação mais praticadas com 23%, seguido das pós-graduações 14.8% e cursos intensivos 11.5%.

As temáticas mais procuradas por estes participantes são referentes à violência doméstica, à delinquência e aos direitos das crianças.

52% dos inquiridos consideram muito importante a formação específica para representar menores. Contudo, a discrepância na avaliação desta importância é bastante grande, sendo a média correspondente de 4.17, numa escala de 1 a 5, e o desvio padrão de 1.126.

A segunda seção do questionário estava dedicada à análise da importância que os advogados dão a uma série de itens relacionados com a representação de menores, agrupados nas seguintes categorias:

- 1) Aspetos Genéricos da Representação Legal de Menores;
- 2) Integração do Menor no Processo Legal;
- 3) Qualidade da Entrevista;
- 4) Contexto de Origem dos Menores;
- 5) Desenvolvimento Infantil e Relacionamento Profissional.

Para cada uma das categorias, o intervalo situa-se entre os 5 e os 25 pontos. Os resultados descritivos estão presentes na tabela 2.

**Tabela 2**

*Grupos Temáticos*

	M	DP	Mínimo	Máximo
Aspetos Genéricos da Representação Legal de Menores	22.77	2.15	17	25
Integração do Menor no Processo Legal	22.91	2.48	14	25
Qualidade da Entrevista	22.85	2.12	14	25
Contexto de Origem dos Menores	22.94	1.90	18	25
Desenvolvimento Infantil e Relacionamento Profissional	21.65	2.18	15	25
Importância Global	112.82	8.79	88	124

Nota: M = média; DP = desvio padrão.

Pela análise da tabela compreende-se que os valores pouco diferenciam entre si nos diferentes grupos temáticos dando grande importância a todos eles. Para além de apresentarem uma média consideravelmente alta, apresentam também desvios padrão não muito distintos, mostrando que não há uma discrepância notória entre os participantes.

Como se observa na tabela 3, quanto às questões específicas do grupo 1) Aspectos Genéricos da Representação Legal de Menores, a pergunta na qual existe maior discrepância de respostas é a “ter em consideração os possíveis efeitos psicológicos que a intervenção jurídica possa ter para no menor”. Tendo sempre em consideração que, muito embora o desvio padrão tenha sido mais elevado, a média é bastante positiva, mas nunca é de mais reforçar que este tipo de processos, pela sensibilidade que lhes é inerente, já podem, por si só, causar sentimentos adversos e possíveis efeitos psicológicos que deverão ser acompanhados de forma a que não sejam impactantes na sua vida futura. Se a isto juntar uma condução inadequada de todos os procedimentos, como por exemplo a orientação da audição da criança, esta experiência pode agravar o nível de stress, bem como inibir a capacidade da criança/jovem para participar de forma ativa, como é seu de direito (Quas et al, 2009). Para além do mais, esta condução desadequada pode transformar esta participação da criança numa experiência traumática e desestruturante, com possíveis consequências a longo prazo (Melton, 1992). É fundamental que toda a intervenção jurídica seja conduzida de forma a que evite estas consequências, bem como a reabilitação da criança/jovem evitando, sempre que possível, que os menores tenham que ser expostos por diversas vezes à repetição do seu testemunho, obrigando-os a constantemente a recordar situações que lhes poderão causar ansiedade e desconforto. Por este motivo julga-se importante a valorização que os advogados dão a este aspeto concreto, mas destacando também que é aquele em que mais discrepância existe.

São várias também as diretrizes relativas à adaptação do contexto que foi a questão menos valorizada neste grupo. Aliás, o artigo 5º da lei n.º 141/2015 de 8 de setembro, que é referente à audição da criança, refere que a criança não deve ser sujeita a um espaço ou ambiente hostil, intimidatório ou inadequado à sua idade, maturidade e características. Para além disto, é também privilegiada a não utilização do traje profissional aquando da audição da criança. Tal como é descrito por Aguilhas e Alexandre (2017), o espaço no qual se procede à audição da criança deve decorrer num local informal, privado e tranquilo, de forma a que este transmita tranquilidade à criança e diminua a probabilidade de ser passível de constituir um elemento gerador de ansiedade para a mesma.

**Tabela 3***Aspetos Genéricos da Representação Legal de Menores*

	M	DP	Mínimo	Máximo
Ouvir os desejos e opiniões do menor	4.51	0.849	1	5
Ter em consideração os possíveis efeitos psicológicos que a intervenção jurídica possa ter para no menor	4.51	0.906	1	5
Adaptar o contexto onde toma contacto com o menor	4.32	0.833	2	5
Permitir que o menor coloque todas as questões e dúvidas que tenha	4.87	0.343	4	5
Explicar ao menor os seus direitos	4.62	0.637	3	5

Nota: A amostra varia entre 60 e 61.

De qualquer forma, e tendo em consideração os resultados para o grupo temático dos Aspetos Genéricos da Representação Legal de Menores, é possível depreender que as questões relacionadas com a Integração do Menor no Processo Legal são aquelas em que existe um desvio-padrão maior, e por isso, uma maior discrepância de respostas.

A pergunta deste grupo com maior discrepância, como podemos observar na tabela 4 é a referente a “contar com o auxílio de outros profissionais para definir a sua estratégia”.

Atentando que esta discrepância, que é mínima, se pode dever a que, de uma forma geral, esta intervenção dos advogados pode vir em fases mais tardias dos casos, em processos em que para além da intervenção primária, e da CPCJ, também a da EMAT se está a mostrar insuficiente para alcançar um acordo, e daí a necessidade da interferência dos advogados. Neste sentido, os poucos advogados que não consideram estas questões de extrema importância, pode simplesmente ser por acreditarem que os menores envolvidos já estão familiarizados com estas questões do processo, bem de como se constitui um tribunal, e por isso, não quer dizer que as desvalorizem, mas sim que consideram que as mesmas já estão esclarecidas.

**Tabela 4***Integração do Menor no Processo Legal*

	M	DP	Mínimo	Máximo
Explicar ao menor o papel de cada um dos intervenientes no processo	4.64	0.753	2	5

Contar com o auxílio de outros profissionais para definir a sua estratégia	4.21	1.142	1	5
Explicar ao menor as possíveis soluções no processo em que estão envolvidos	4.67	0.601	1	5
Explicar ao menor o processo em que está envolvido	4.70	0.587	3	5
Explicar ao menor como é um tribunal antes de ser ouvido	4.72	0.552	3	5

Nota: A amostra varia entre 60 e 61.

Para o grupo relativo à Qualidade da Entrevista, o mesmo encontra-se descrito estatisticamente na tabela 5.

**Tabela 5**

*Qualidade da Entrevista*

	M	DP	Mínimo	Máximo
Adaptar a linguagem à capacidade de compreensão do menor	4.84	0.373	4	5
Evitar perguntas fechadas de resposta sim e não	4.25	0.925	1	5
Evitar uma linguagem sugestiva	4.40	0.924	1	5
Repetir as questões ou informações as vezes que for necessário	4.69	0.534	3	5
Permitir que o menor se expresse livremente	4.67	0.747	1	5

Nota: A amostra varia entre 60 e 61.

Segundo Agulhas e Alexandre (2017), estudos apontam que mais de metade das questões colocadas à criança são fechadas e sugestivas, correspondendo o relato livre a menos de 10%.

É fundamental entender a pertinência que todos os profissionais, mas neste caso preciso, os advogados, dão a estas questões que tanta influência podem ter na participação e no testemunho da criança para os casos que a si lhe dizem respeito. No Guia de Boas Práticas para

a audição das crianças formado por Agulhas e Alexandre (2017), são várias as indicações no sentido de ter em atenção em adaptar a linguagem ao nível do desenvolvimento da criança, recomendando que adotem o vocabulário que a mesma usa, bem como aconselham a que evitem os termos de natureza legal. É também encorajado a que as crianças se expressem abertamente, consequente da sugestão da adoção por parte destes profissionais de perguntas abertas, de forma a que o relato seja o mais espontâneo possível, e só utilizar perguntas que requerem resposta “sim” ou “não” quando necessitarem de obter informação mais específica. Ademais, é reforçado que estas perguntas devem efetivamente ser evitadas a não ser para explorar detalhes que não sejam centrais aos do relato.

Por conseguinte, é essencial perceber que a valorização que advogados dão a estas especificidades da entrevista são, essencialmente, bastante positivas, sendo as médias mais baixas nas questões relativas a “evitar perguntas fechadas de sim ou não” e ao “evitar uma linguagem sugestiva”.

Continuando com a análise das temáticas, a categoria no qual existe menos discrepância (como pudemos observar na tabela 2), é no que concerne ao Contexto de Origem da Criança/Jovem. Os resultados descritivos dos itens que fazem parte deste grupo, encontram-se apresentadas na tabela 6.

Tendo em vista os dados apresentados, a valoração média dada a esta temática demonstra a preocupação por parte dos advogados em dominar outros aspetos para além das peças processuais, e conhecer e constatar o meio ambiente da criança/jovem, bem como o seu núcleo familiar mais próximo.

Estas questões são também de extrema importância dada a variedade sociocultural e demográfica com a qual nos podemos deparar no âmbito dos processos de promoção e proteção. Sendo a diversidade sociocultural tão grande, é extremamente necessário e pertinente que todos os intervenientes tenham o cuidado e a preocupação de promoverem em si próprios uma competência cultural, isto é, segundo Cross et al. (1989), “um conjunto de comportamentos, atitudes e políticas congruentes que atuam interactivamente num sistema, instituição ou grupo de profissionais, e permite que esse sistema, instituição ou grupo de profissionais trabalhem em situações multiculturais”. Esta competência está constituída por diversos componentes de extrema importância neste âmbito, como o caso da consciência cultural, que se refere à apreciação e compreensão da cultura das outras pessoas, e do conhecimento cultural, que é a familiaridade com as características, valores, crenças, história e comportamentos das outras culturas. Principalmente neste tipo de processos delicados que envolvem não só os menores em causa, mas o seu meio familiar bem como o meio em que se

integram na sua comunidade, é necessário que exista esta aptidão prática destes profissionais em adaptar a sua conduta de forma a atender e a respeitar todas as questões das populações multiculturais. Tal como Suazer-Balcazar et al. (2009) nos refere, a competência cultural é um processo contínuo que pressupõe que os profissionais, enquanto prestadores de cuidados, estejam familiarizados e que atuem conforme as especificidades dos grupos culturais com que lidam. Neste sentido, é extremamente importante denotar nestes profissionais o valor que dão a estas questões.

Contudo, e após uma breve pesquisa, verifica-se que poderão existir lacunas de formação específica nesta área para qualquer tipo de profissional.

**Tabela 6**

*Contexto de Origem dos Menores*

	M	DP	Mínimo	Máximo
Conhecer o contexto económico e social de origem do menor	4.58	0.724	2	5
Conhecer os progenitores ou núcleo familiar do menor	4.82	0.431	3	5
Conhecer o contexto cultural e étnico de origem do menor	4.50	0.813	2	5
Conhecer os pareceres dos técnicos envolvidos no processo	4.41	0.804	2	5
Permitir que o menor seja ouvido na ausência dos progenitores, ou qualquer outra pessoa próxima	4.67	0.747	1	5

Nota: a amostra varia entre 60 e 61.

Finalmente no que diz respeito ao último grupo, Desenvolvimento Infantil e Relacionamento Profissional, salienta-se a questão “criar uma distância afetiva do menor”. Para além de ser a qual, de entre todas as questões (não só deste grupo), em que existe uma maior discrepância, é também aquela na qual a média é notoriamente mais baixa, sendo a única que se mantém na unidade 3, como é possível observar na tabela 7.

**Tabela 7**

*Desenvolvimento Infantil e Relacionamento Profissional*

M	DP	Mínimo	Máximo
---	----	--------	--------

Conhecer as características do desenvolvimento infantil	4.77	0.462	3	5
Construir uma relação profissional de confiança com o menor	4.65	0.755	1	5
Criar uma distância afetiva do menor	3.47	1.157	1	5
Conhecer a capacidade do menor para ser ouvido em tribunal	4.51	0.766	2	5
Interferência de fatores emocionais no testemunho do menor	4.25	1.043	1	5

Nota: A amostra varia entre 60 e 61.

Segundo Eisenberg e Strayer (1987) a empatia é uma resposta emocional que provém de uma percepção relativamente ao estado de uma outra pessoa, e na qual esta resposta é congruente com a situação. Quando se quer falar da empatia, ligada aos processos na justiça, Hoffman (2000) considera que os processos empáticos muitas vezes produzem o mesmo sentimento quer no profissional, quer na vítima, isto é, ao sentirmos empatia pelo outro, podemos facilmente ter sentimentos mais congruentes com a situação da vítima do que com a nossa própria situação. De forma que, neste tipo de processos, ao sentirmos empatia para com os menores, esta leva-nos a agir de maneira a tentar ajudá-las. Embora o estabelecimento de uma relação empática para com o outro seja de extrema importância, é também importante balizar-nos de forma a não nos envolvermos emocional com a criança/jovem. Dada a sensibilidade destes processos, o envolvimento emocional pode facilmente deturpar a visão do caso, e é por isso necessário estabelecer um distanciamento afetivo que permita manter a imparcialidade, nunca deixando de perceber também que cada caso é um caso e que não existem critérios que se apliquem de igual forma a todos. É preciso, neste tipo de processos, que exista ponderação de forma a que as decisões e/ou intervenção que se efetua, não seja de tal forma afetiva, que adulterem a racionalidade.

Outros fatores existentes concernem ao desenvolvimento infantil e à capacidade do menor para ser ouvido em tribunal. No artigo 12º da Convenção dos Direitos da Criança, está referido que “Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade”. Em



consequência disto, compreender a capacidade de discernimento da criança é fundamental para que esta tenha a possibilidade de ser ouvida nos aspetos em que a si são de direito. Considerando isto, a capacidade de discernir está relacionada com a capacidade da criança para formar e exprimir uma opinião. Tal como referido na Manual de Assessoria Técnica aos Tribunais (2011), este discernimento depende de vários fatores (cognitivos, emocionais, ambientais e sociais), sendo que não existem padrões ou critérios que a definam, daí a significância em perceber que, com base neste estudo, existe efetivamente uma valorização em tentarem aferir e compreender a capacidade destes menores para exprimirem a sua opinião conforme a sua capacidade para tal.

Estas questões relativas ao discernimento, acabam também por estar ligadas ao conhecimento do desenvolvimento infantil. O conhecimento do desenvolvimento infantil concerne, tal como Agulhas e Alexandre (2017) referem, a um conhecimento relativo a vários domínios da criança, tais como cognitivo, emocional, motivacional, social e moral. É essencial que haja um conhecimento mínimo destes domínios de forma a que o profissional encarregue por orientar a audição consiga integrar este conhecimento no modo como aborda o menor em causa, em termos até do tipo de discurso que adota, bem como de que forma deve dirigir a sua audição. Para além destes fatores, este conhecimento é também indispensável para que possam gerir as suas próprias expectativas quanto à informação que poderão obter durante o contacto com o menor (Agulhas & Alexandre, 2017). De maneira que, estas questões são de relevo nesta matéria e, neste sentido, é um excelente indicador que este estudo nos demonstre que estes advogados consideram extremamente importante estas questões e que, há partida, as têm em consideração no seu contacto profissional com os menores.

Após esta análise mais descritiva, seguem-se as análises bivariadas relativas aos diferentes grupos temáticos e as dificuldades apresentadas por estes profissionais. Ambas foram analisadas com os dados sociodemográficos e com a pergunta relativa à formação específica.

Para estas correlações foram usadas 3 provas estatísticas:

- 1) Teste T para duas amostras independentes para comparar ambos os sexos e a formação com os grupos temáticos, bem como a idade e os anos de experiência com as dificuldades;
- 2) Teste do qui-quadrado para comparar os sexos e a formação com as dificuldades;
- 3) Correlação de Pearson para analisar a relação entre a idade e os anos de experiência com os grupos temáticos.

A comparação entre sexos para cada um dos grupos temáticos apresenta-se na tabela 8:

**Tabela 8**

*T-Student para Sexo vs Grupos Temáticos*

	<b>Sexo</b>	<b>N</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>T</b> <b>(df)</b>	<b>p</b>
Aspetos Genéricos da Representação Legal de Menores	Feminino	48	22.93	2.18	1.17	0.244
	Masculino	11	22.09	1.97	(57)	
Integração do Menor no Processo Legal	Feminino	49	23.30	2.32	2.69	0.009
	Masculino	11	21.18	2.56	(58)	
Qualidade da Entrevista	Feminino	49	23.18	2.12	2.69	0.009
	Masculino	11	21.36	1.43	(58)	
Contexto de Origem dos Menores	Feminino	46	23.17	1.78	1.81	0.066
	Masculino	11	22,00	2,19	(55)	
Desenvolvimento Infantil e Relacionamento Profissional	Feminino	49	21.79	2.20	1.09	0.279
	Masculino	11	21.00	2.04	(58)	

Embora a discrepância no número de participantes de sexo masculino e feminino seja bastante elevada, e para resultados mais robustos seria necessária uma amostra mais equilibrada, não deixam de ser resultados expressivos, nos quais podemos constatar que, apesar das médias serem muito aproximadas, o sexo feminino mostra uma maior tendência a considerar extremamente importante todas as características apresentadas, muito embora, é também neste mesmo grupo onde existe mais disparidade nas respostas dadas.

Tendo em consideração o teste-t para igualdades de médias, o valor da significância é também ele superior, em todos os grupos, a 0.05, exceto nos referentes à Integração do Menor no Processo Legal e na Qualidade da Entrevista, como se verifica na tabela 8. Para os restantes, isto indica que não existem diferenças que sejam consideradas significativas entre os sexos, e por isso, que o sexo não tem qualquer influência na percepção dos participantes quanto aos Aspetos Genéricos da Representação Legal de Menores, Contexto de Origem dos Menores e o Desenvolvimento Infantil e Relacionamento Profissional.

Tal como supramencionado, os grupos referentes à Integração do Menor no Processo Legal, bem como o da Qualidade da Entrevista, apresentam valores significativos. Os

resultados mostram que o sexo feminino dá mais importância aos aspetos apresentados nos respetivos grupos. Dado o desequilíbrio entre os sexos desta amostra, estes resultados indicam que deveriam existir estudos nesta área com amostras mais alargadas e equilibradas, de forma a constatar se estes resultados nos quais mostram uma maior sensibilidade feminina quanto às questões expostas se mantêm. Se assim for, até a adoção de metodologias qualitativas seriam importantes para tentar entender estas diferenças.

No que diz respeito à idade em relação aos grupos temáticos, como podemos constatar na tabela 9, em nenhuma o valor da significância é  $\leq 0.05$ , o que expressa que as variáveis não se relacionam. Apesar de não ser uma relação significativa, chama-se à atenção para o sentido inverso da relação entre a idade e o processo legal, ou seja, que à medida que a idade aumenta, a importância que os participantes dão às questões do grupo do Processo Legal diminuem.

Todavia, é possível constatar que há significância para o mesmo grupo temático quanto aos anos de experiência, sendo esta até uma significância moderada forte, o que significa que quantos mais anos de experiência, mais valorização dão aos aspetos da Integração do Menor no Processo Legal.

Embora estes dois resultados tenham, inicialmente, provocado alguma surpresa, visto que uma maior idade costuma estar associada a mais anos de experiência, o certo é que ambas as variáveis apresentam um intervalo de pontuações diferente. Isto pode representar que existem pessoas com a mesma idade, mas com anos de experiência muito diferentes, pois neste estudo apenas é requerida a idade atual e não a idade com que começaram a exercer. De qualquer forma, o resultado a ter efetivamente em consideração aqui, é o facto de estes profissionais valorizarem mais, com o aumento da experiência, as questões quanto à explicação ao menor do processo em que estão inserido e das nuances do mesmo, bem como começarem a valorizar mais o auxílio de outros profissionais, sendo isto fundamental, pois um dos valores mais defendidos nesta área, é que haja efetivamente uma cooperação e entajuda entre os demais intervenientes profissionais.

**Tabela 9**

*Correlação de Pearson entre a Idade e os Anos de Experiência com os Grupos Temáticos*

	Idade			Anos de Experiência		
	Correlação de Pearson	p	N	Correlação de Pearson	p	N
Aspetos Genéricos da Representação Legal de Menores	.077	0.565	59	.222	.107	54

Integração do Menor no Processo Legal	-.005	.970	60	.322	.017	55
Qualidade da Entrevista	.027	.836	60	.115	.409	54
Contexto de Origem dos Menores	.065	.0631	57	.064	.654	51
Desenvolvimento Infantil e Relacionamento Profissional	.096	.466	60	.126	.365	54

Nota: a correlação é significativa no nível 0.05.

No que concerne à relação entre a formação com os grupos temáticos, esta não surtiu resultados significantes, como demonstrado na tabela 10. As médias, para além de demonstrarem uma elevada valorização, mostram-se até bastante similares quer para quem realizou quer para quem não, ou seja, independentemente se têm formação específica ou não, estes advogados valorizam as temáticas abordadas. Chega até, a existir dois grupos nos quais as médias são superiores para quem não realizou qualquer tipo de formação. Todavia, esta comparação não tem grande significância tendo em conta que são diferenças muito fracas.

Embora alguns profissionais tenham formação específica, se tivermos em conta as áreas em que descrevem ter formação (violência doméstica, delinquência juvenil e direitos das crianças) estas não são áreas abordadas nos grupos, pois estes estão mais ligados a áreas da audição da criança, do desenvolvimento infantil, do estabelecimento de uma relação, entre outras. Em virtude disto, podemos compreender a proximidade das médias, pois a formação que tiveram, como não está tão ligada às áreas abordadas no questionário, poderá não ter influência na valorização das respostas que estes deram aos itens.

**Tabela 10**

*T-student que relaciona a Formação com os Grupos Temáticos*

	Formação	N	M	DP	T (df)	p
Aspetos Genéricos da Representação Legal de Menores	Não realizou	26	22,84	2,16	.113	.911
	Realizou	32	22,78	2,19	(56)	
Integração do Menor no Processo Legal	Não realizou	26	22,96	2,69	-.012	.990
	Realizou	33	22,96	2,33	(57)	
Qualidade da Entrevista	Não realizou	27	23,25	1,83	1.256	.214
	Realizou	32	22,56	2,34	(57)	

Contexto de Origem dos Menores	Não realizou	25	23,28	1,81	1.002	.321
	Realizou	31	22,77	1,92	(54)	
Desenvolvimento Infantil e Relacionamento Profissional	Não realizou	27	22,00	1,66	1.037	.304
	Realizou	32	21,40	2,55	(57)	

Nota: O “não realizou” e o “realizou” é referente a se realizaram, ou não, formação específica.

Relativamente às dificuldades, as respostas dos participantes foram categorizadas por temas e recodificadas e transformadas em variáveis dicotômicas com resposta sim/não o que permite identificar se o participante identificou ou não uma determinada dificuldade. Contudo, esta transformação recolhe apenas a primeira dificuldade identificada (16.4% identificaram mais do que uma).

A comparação, através do auxílio do qui-quadrado para o sexo e a formação com as dificuldades encontra-se descrita na tabela 11.

Como é possível constatar, a análise da relação entre o sexo e as dificuldades não demonstra qualquer pertinência, ou seja, entende-se que as dificuldades identificadas por estes profissionais não estão associadas ao sexo. De qualquer forma, é importante reforçar que seria interessante voltar a avaliar estas questões com uma amostra mais equilibrada em termos de sexo.

À semelhança do que acontece na comparação por sexos, também as dificuldades não são dependentes da formação, ou seja, independentemente de estes sujeitos terem ou não formação, esta não altera a identificação de determinadas dificuldades. Isto vem reforçar o já acima mencionado, que embora estes profissionais tenham formação específica, esta não é relacionada com os itens presentes nos grupos temáticos, portanto pode não ter efeito nas dificuldades sentidas.

**Tabela 11**

*Qui-quadrado para o Sexo e a Formação com as Dificuldades*

Correção de Continuidade	Sexo			Formação		
	Valor	gl	p	valor	gl	p
Dificuldades relacionadas com os pais/representantes	.000	1	1.000	.338	1	.561
Dificuldades relacionadas com os menores	.000	1	1.000	.000	1	1.000
Constrangimentos legais e processuais	2.149	1	.143	.144	1	.704

Dificuldades relacionadas com CPCJ e/ou técnicos	.000	1	1.000	.000	1	1.000
Dificuldades relacionadas com a falta de serviços/apoios;	.000	1	1.000	.134	1	.714
Dificuldades relacionadas com aspetos individuais/pessoais	.141	1	.707	0.724	1	.395
Outros	.000	1	1.000	2.366	1	.124

Nota: Computado para uma tabela 2x2.

Face aos dados apresentados na tabela 12, é possível constatar que o único valor significativo é relativo às dificuldades relacionadas com a CPCJ e/ou técnicos. Se tivermos em consideração a média é perceptível que é uma população mais velha quem apresenta estas dificuldades.

As dificuldades principais aqui enumeradas estão muito relacionadas com críticas aos técnicos, considerando que há falta de concordância, profissionalidade, empatia e disponibilidade dos técnicos. Em conformidade com isto, pode-se entender que é uma população mais velha quem apresenta maior dificuldade no entendimento e relação com os técnicos gestores dos processos. Todavia, a amostra é reduzida e necessitaria de mais estudos e, eventualmente com recurso a metodologias qualitativas para se compreender melhor este resultado.

**Tabela 12**

*T-student que relaciona a Idade com as Dificuldades*

		N	M	DP	T (df)	p
Dificuldades relacionadas com os pais/representantes	Sim	11	41.09	8.71	-.867 (50)	.390
	Não	41	44.05	10.35		
Dificuldades relacionadas com os menores	Sim	26	43.12	9.35	-.219 (50)	.827
	Não	26	43.73	10.83		
Constrangimentos legais e processuais	Sim	7	48.14	10.33	1.350 (50)	.183
	Não	45	42.69	9.89		
Dificuldades relacionadas com CPCJ e/ou técnicos	Sim	9	50.22	7.17	2.333 (50)	.024
	Não	43	42.00	10.01		
Dificuldades relacionadas com a falta de serviços/ apoios;	Sim	5	47.60	8.792	.979 (50)	.332
	Não	47	42.98	10.13		
Dificuldades relacionadas com aspetos individuais/ pessoais	Sim	4	39.75	15.62	-.759 (50)	.451
	Não	48	43.73	9.60		

Outros	Sim	5	41.20	9.98	-.518	.607
	Não	47	43.66	10.10	(50)	

Nota: o “sim” é referente a ter apresentado dificuldades, e o “não” é porque não referiu dificuldades.

Os anos de experiência relacionado com as dificuldades não demonstra qualquer significância, como é possível ver na tabela 13. Isto é, estas dificuldades são enumeradas independentemente dos anos de experiência que os advogados têm. Embora não haja significância, os resultados são até bastante demonstrativos, sendo que podem transmitir a ideia de que efetivamente há uma falta de formação nesta área, pois apesar dos anos de experiência, as dificuldades aparentemente não são colmatadas. De qualquer forma, esta interpretação também não pode ser tão linear, porque apesar de terem mais anos de experiência, podem ser pessoas mais novas e com um menor número de processos.

**Tabela 13**

*T-student que relaciona os Anos de Experiência com as Dificuldades*

		N	M	DP	T (df)	p
Dificuldades relacionadas com os pais/representantes	Sim	11	15.36	6.60	-.632	.531
	Não	41	17.15	8.68	(50)	
Dificuldades relacionadas com os menores	Sim	26	16.65	9.13	-.100	.921
	Não	26	16.88	7.47	(50)	
Constrangimentos legais e processuais	Sim	7	20.00	8.22	1.114	.270
	Não	45	16.27	8.24	(50)	
Dificuldades relacionadas com CPCJ e/ou técnicos	Sim	9	21.22	4.02	1.817	.075
	Não	43	15.84	8.64	(50)	
Dificuldades relacionadas com a falta de serviços/ apoios;	Sim	5	18.60	5.22	.517	.607
	Não	47	16.57	8.54	(50)	
Dificuldades relacionadas com aspetos individuais/ pessoais	Sim	4	14.00	13.29	-.445	.685
	Não	48	17.00	7.88	(3.17)	
Outros	Sim	5	15.20	6.22	-.443	.660
	Não	47	16.94	8.48	(50)	

Nota: o “sim” é referente a ter apresentado dificuldades, e o “não” é porque não referiu dificuldades.

#### 4. Conclusão

Duquette (1997), afirma que, tal como nos outros domínios do direito, o advogado da criança, deve procurar a melhor solução para o seu cliente, e não a melhor solução para todos os interessados. No caso da representação legal de menores, o advogado deve explicar as questões jurídicas, discutir alternativas e efetuar um plano de caso, sempre tendo em conta o envolvimento da criança (Sobie, 2005).

Com isto em consideração, a criança tem o direito a exprimir a sua própria opinião nas questões a que lhe dizem respeito, ainda mais, quando são os seus direitos que estão em causa. No artigo 12º da Convenção dos Direitos da Criança, está descrito que os estados partes devem garantir que a opinião seja tomada em consideração, bem como que a mesma seja ouvida, dando-lhe esta oportunidade, quer diretamente, quer pelo interveniente de um representante. Este representante, deve promover e proteger os direitos da criança, tendo sempre em consideração o seu superior interesse.

Muito embora tenham de defender os direitos das crianças, estes têm também a responsabilidade de dar voz à mesma, nunca podendo desprezar a ideia de que as crianças confiam os seus desejos a eles de forma a que estes sejam ouvidos, e tidos em consideração. Citando Green e Appell (2005), “As crianças precisam de advogados não apenas para promover processos e resultados justos, mas para promover a autonomia das crianças - os direitos delas e a necessidade de terem uma palavra a dizer sobre o que acontece com elas em processos judiciais”. Green e Appell (2005) referem ainda que a opinião da criança deve efetivamente ser ouvida, pois há o risco de os advogados assumirem o que a criança quer, e acima de tudo, o que necessita, considerando que sabem o que é o melhor para a mesma, com base nas suas próprias opiniões, experiências e valores. Neste sentido, é necessário que tenham a preocupação em conhecer não só a criança e todas as particularidades do processo em que está envolvida, mas também conhecer a família, bem como outros intervenientes da comunidade que sejam importantes na vida desta criança (Green & Appell, 2005). Isto é também importante porque, quando falamos da promoção e da proteção de crianças e jovens, embora certas situações nos possam parecer similares, os contextos nos quais estão inseridas alteram totalmente a estratégia de intervenção dos mesmos, não podendo, de forma alguma, presumir a resolução do caso conforme as nossas experiências, mas sim, analisar cada processo tendo em consideração as particularidades legais e também o meio familiar e social em que se inserem. De forma a fazê-lo eficazmente, é fundamental, para além de todas as vertentes já mencionadas, que tenham em consideração o parecer das técnicas gestoras do processo



relativamente ao caso, bem como o desenvolvimento psicológico, físico e social do menor, nunca esquecendo quais as suas vontades (Duquette, 1997).

Embora, o papel do advogado nos processos de promoção e proteção seja fundamental e preponderante para dar voz aos desejos e interesses da criança, de forma a, em conjunto com os restantes intervenientes, prevenir e a reparar as situações de risco em que se encontram, ainda é pouca a investigação que explora essa vertente. São poucos os estudos conduzidos que se preocupam com os advogados, na medida de tentar perceber qual o seu conhecimento e percepção em matérias relativas ao desenvolvimento da criança, bem como de tentar perceber quais as dificuldades que os próprios reconhecem quando confrontados com estes processos. Foi tendo isto em consideração, que se viu a necessidade de iniciar o preenchimento desta lacuna, conduzindo este estudo exploratório com o objetivo de constatar quais as estratégias adotadas, bem como as dificuldades e a formação a que têm acesso.

Desta forma, e como foi perceptível, tentou-se perceber a valorização que os advogados dão a determinados aspetos que cobriam, de uma forma geral, várias vertentes da entrevista e audição da criança/jovem, bem como dos cuidados e considerações a ter. Tal como demonstrado, as médias apresentam-se bastante positivas, o que resulta que a amostra participativa considera importante os aspetos apresentados, ou seja, mostram-se sensíveis às perguntas colocadas. Dada a valorização demonstrada nos itens, e sendo a maioria deles direcionado para o seu contacto e relacionamento com o menor, seria de esperar que as dificuldades neste campo fossem diminutas, o que não foi o caso, tal como é possível constatar pelas dificuldades mencionadas. É possível perceber então que, embora valorizem, e bem, as questões que colocamos, estes possam não as conseguir pôr em prática, ou ainda tenham dificuldades em como as pôr em prática. Isto pode advir da falta de formação existente neste sentido.

Embora existam elementos como o Guião de Boas Práticas de auxílio à audição da criança, e vá existindo (poucas) formações na área da audição da criança, estas ainda se constituem diminutas para fazer face às dificuldades e a todas as vertentes que os processos legais de menores acarretam. Estes processos não são, nem podem ser, encarados como outros processos legais, pois aqui estão crianças expostas a um risco que pode ter consequências futuras bastante negativas para o desenvolvimento das mesmas a nível psíquico, físico e social. Há que ter em atenção muito mais que as questões legais e a aplicação da lei. Enquanto, por exemplo, em processos com adultos já contamos com um certo nível de maturação, neste tipo de processos são várias as vertentes a ter em conta, como o nível de maturidade e discernimento, que pode depender do estágio de desenvolvimento em que a criança se encontra,

e é por isso necessário tomar conhecimento do desenvolvimento infantil, de forma a que possa adaptar o seu discurso e avaliar o nível de maturidade e discernimento para proceder à audição da mesma. Green e Appell (2005) aludem para o facto que os advogados de menores têm de dominar diversas áreas, tais como a adaptação ao contexto social e étnico da criança, as fases do desenvolvimento infantil, bem como ter uma noção holística de todas as vertentes relacionadas com a criança, como a família, meio social, educacional e de saúde.

Apesar de mais de 50% da amostra ter efetivamente procurado obter formação específica, esta não mostrou resultados significativos em comparação com os itens e as dificuldades. De certa forma, os resultados obtidos podem ser consequência do facto que a formação que estes advogados procuram fazer, em nada está relacionada com as dificuldades que apresentam, pois, as principais temáticas referidas por estes profissionais nas quais fizeram formação foram: violência doméstica, delinquência juvenil e direitos das crianças. Embora seja, sem dúvida, fundamental, o aprofundamento de conhecimentos em todas as vertentes nas quais crianças e jovens possam estar implicadas, estes profissionais não procuram formação nas áreas que os vão auxiliar no contacto com a criança, como por exemplo ao nível da audição das mesmas, ou do desenvolvimento infantil. Todavia, é preciso reforçar a ideia que também podem não procurar este tipo de formação, dada a escassez da mesma.

Estas questões são transversais, e não apenas cingidas a Portugal. Existe até um projeto europeu, o *Trachild – Training of lawyers representing children in criminal, administrative and civil justice*, que é um projeto apresentado em resposta a um pedido da Comissão Europeia, de forma a implementar formação específica nas matérias de representação legal de menores aos advogados europeus, que afirma que reconhece “que muitos países europeus não oferecem qualquer formação especializada no apoio e representação de crianças no sistema jurídico” (Trachild, 2020). A implementação e a aderência a este tipo de projetos é fundamental, pois são vários os países onde é exigida formação específica nas matérias da infância e juventude para exercer em processos legais de menores, mas também são vários os que não são, sendo Portugal um deles. Tal como pudemos constatar até pelas habilitações literárias, 63.9% dos participantes apenas têm a licenciatura, ou seja, nem o mestrado em matéria de família e menores constituem.

Sendo este um estudo exploratório, com o objetivo de tentar perceber quais as dificuldades e qual a importância que estes profissionais dão à formação, foi possível encontrar lacunas que seriam pertinentes de ser exploradas futuramente. Sem dúvida que constatamos que, embora valorizem positivamente todas as questões que expusemos, ainda apresentam muitas dificuldades ao nível do contacto com a criança. Sendo este fundamental para

eficazmente defender os seus direitos e interesses, seria relevante que estas questões pudessem ser exploradas junto destes profissionais, de forma a minimizar estas dificuldades e entender de que maneira os podemos auxiliar para as colmatar.

Também ainda no que diz respeito às dificuldades, são algumas as menções às dificuldades relacionadas com os técnicos. Visto que esta interação não pode, de maneira alguma, ser evitada (nem deve), dada a intervenção de diversos profissionais nos processos de promoção e proteção, é importante que esta seja vista como uma ferramenta, onde todos os profissionais se complementam nas diversas valências nas quais são peritos. É por isso, fulcral, a agilização desta cooperação, na qual seria pertinente trabalhar futuramente, tentando perceber também do lado dos técnicos (psicólogos e assistentes sociais) quais as dificuldades que apresentam quanto ao trabalho com os advogados, de forma a estudar uma possível agilização e aproximação destes intervenientes, que são todos fundamentais e que trabalham todos para um único objetivo comum: a promoção e a proteção da criança/jovem.

Neste sentido, e à semelhança do que já acontece, por exemplo, nas EMAT, uma estratégia poderia ser a implementação de sessões de discussão marcadas num local próprio, de forma quinzenal ou mensal, quer servissem para debater processos de diferentes perspetivas, e que são moderados por uma pessoa externa, mas entendida na área. Estas sessões serviriam para estes profissionais discutirem as suas dúvidas quanto aos mais variados processos que tenham, sempre mantendo o sigilo que lhes é requerido, de forma a obterem uma perspetiva das mais diferenciadas áreas, onde existiria também a partilha de conhecimento que, a longo prazo, poderia resultar numa diminuição das dificuldades apresentadas na relação com os menores, pais e técnicos que estes advogados apresentam.

Em virtude de tudo o que foi mencionado, o presente trabalho expôs que, embora estes profissionais se mostrem sensíveis a questões relacionadas com a integração do menor no processo legal, a qualidade da entrevista, o contexto de origem dos menores, o desenvolvimento infantil e o relacionamento profissional, estes não deixem de enumerar diversas dificuldades ligadas a essas mesmas questões. Isto demonstra que há uma lacuna na formação relativa a todas as questões não legais da representação legal de menores. Para além disto, demonstra também uma ausência de estudos que tenham em consideração os advogados e as suas dificuldades bem como estratégias, e sendo eles uma figura fundamental na representação da criança em tribunal, deveria haver uma maior preocupação no sentido de ouvir quais as suas dificuldades, de forma a trabalhar em estratégias para as colmatar.

Desta forma, pretende-se que este trabalho seja um contributo para iniciar estudos futuros nesta vertente, nomeadamente com o objetivo de promover uma cooperação entre os

demais profissionais, bem como na construção de projetos de formação que suprimam as dificuldades descritas por estes advogados.

## Referências

Agulhas, R., & Anciães, A. (2017). *Casos Práticos em Psicologia Forense: Enquadramento Legal e Avaliação Pericial* (2nd ed.). Edições Sílabo.

Agulhas, R., Alexandre, J.(2017).*Audição da criança: Guia de Boas Práticas*.Lisboa: OA.

Alberto, I., Barros, L., Dias, R., Maravilha, M., Ribeiro, C.(2017).Protocolo de Entrevista Forense do NICHD. In Simões, M., Almeida, L., Gonçalves, M.(2017)*Psicologia Forense: Instrumentos de Avaliação*, 211-227.Lisboa: Pactor.

Albuquerque, C.(2000).*Direitos da criança: as nações unidas, a convenção, e o comité*.Documentação e Direito Comparado.

Almeida, F.(2000).Maus tratos na infância – Uma nova responsabilidade pediátrica.*Cadernos de Bioética*.24, 51-55.

Balcazar, F.E., Suarez-Balcazar, Y., Taylor-Ritzler, T.(2009).Cultural competence: Development of a conceptual framework.*Disability and Rehabilitation*. 31(14), 1153-1160.

Carmo, R.(2011).A Prova Pericial: Enquadramento Legal. In Matos, M., Abrunhosa, R., Machado, C.*Manual de Psicologia Forense: Contextos Práticos e Desafios*.(1ed).Braga: Psiquilíbrios Edições.

Conselho da Europa.(2013).*Diretrizes do Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre a Justiça Adaptada às Crianças*.Stasbourg: Council of Europe Publishing. Disponível em <https://rm.coe.int/16806a45f2>.

CNPDPJCJ.(2019).*Relatório Anual de Avaliação das CPCJ 2019*. Disponível em <https://www.cnpdpjcj.gov.pt/relatorio-atividades>.

Cross, T.L., Bazron, B.J., Dennis, K.W., Isaacs, M.R.(1989).*Towards a Culturally Competent System of Care: A Monograph on Effective Services for Minority Children who are*

*Severy Emotionally Disturbed*. Washington DC: Georgetown University Child Development Center.

Dahlberg, L. L., Krug, E.G.(2006).Violência: um problema global de saúde pública.*Ciência & Saúde Coletiva*.11, 1163-1178. Doi: <https://doi.org/10.1590/s1413-81232006000500007>.

DeMause, L.(1982).La evolución de la infância.*Historia de la infância*.Madrid: Alianza.

Decreto-Lei n.º 332-B/2000 de 30 de dezembro.Diário da República n.º300/2000 – I Série.Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

DGS.(2011).*Guia de Orientações para os Profissionais da Ação Social na Abordagem de Situações de Perigo*.Disponível em <https://www.dgs.pt/paginas-de-sistema/saude-de-a-a-z/saude-escolar/ficheiros-externos/guia-de-orientacoes-para-os-profissionais-da-accao-social-na-abordagem-de-situacoes-de-perigo-pdf.aspx>.

Duquette, D.(1997).Laweyrs’ Roles in Child Protection. In Helfer, M., Kempe, R., Krugman, R.*The Battered Child*.(5ed).460-481.Chicago: University of Chigado.

Eisenberg N., Strayer, J.(1987).*Empathy and it’s development*.3-13.Cambridge: Cambridge University Press.

Fanetti, M., O’Donohue, W.T., Fondren-Happel, R., Daly, K.N.(2014).*Forensic child psychology: Working in the courts and clinic*.John Wiley & Sons.

Fialho, A.(2017).Enquadramento Jurídico. In Agulhas, R., Alexandre, J.*Audição da Criança: Guia de Boas Práticas*.Lisboa: OA.

Fonseca, A.(2004).Crianças e Jovens em Risco: Análise de Algumas Questões Atuais. In Damião, M.H., Fonseca, A., Vieira, C., Vilar, M., Alcoforado, L.*Crianças e Jovens em Risco*.Coimbra: Edições Almedina.

Furtado, L., Guerra, P.(2000).*O novo direito das crianças e jovens – um recomeço*.Centro de Estudos Judiciários.Coimbra: Coimbra editora.

Green, B., Appell, A.(2005).*Representing Children in Families*.Fordham Law School.

Hoffman, M.L.(2000).*Empathy and moral development: implications for caring and justice*.221-249.Cambridge: Cambridge University Press.

Instituto da Segurança Social, I.P.(2010).*Edição Comemorativa da Lei de Proteção da Infância, 27 de maio de 1911*.Disponível em [http://www.seg-social.pt/documents/10152/13326/lei\\_proteccao\\_infancia](http://www.seg-social.pt/documents/10152/13326/lei_proteccao_infancia).

Instituto da Segurança Social, I.P.(2011).*Manual de Assessoria Técnica aos Tribunais – Tutelar Cível e Promoção e Proteção*.Lisboa: DDS/Unidade de Infância e Juventude/Sector de Apoio Técnico à Prevenção do Risco.

Instituto da Segurança Social, I.P.(2017).*Guia Prático – Medidas de Promoção e Proteção e Apoios Sociais – Crianças e Jovens em Situação de Perigo*.Lisboa: Departamento de Comunicação e Gestão do Cliente. Disponível em [http://www.seg-social.pt/documents/10152/14961/apoios\\_sociais\\_crianças\\_jovens\\_situacao\\_perigo/9cf79f50-51d4-477b-82d8-c340a568fa00](http://www.seg-social.pt/documents/10152/14961/apoios_sociais_crianças_jovens_situacao_perigo/9cf79f50-51d4-477b-82d8-c340a568fa00).

Kelly, L., LeVezu, A.(2016).*Until the Client Speaks: Reviving the Legal-Interest Model for Preverbal Children*.University of Washington School of Law.

Lei n.º 141/2015 de 8 de setembro. Diário da República nº 204 – I Série. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=2428&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2428&tabela=leis)

Lei n.º 147/99 de 1 de setembro.Diário da República n.º204/99 – I Série. Disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1023&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1023&tabela=leis)

Melton, G.(1992).Children as Partners for Justice: Next Steps for Developmentalists: Cometary.*Monographs of the Society for Research in Child Development*, 57(5), 153-159.

Orlebeke, N., Zhou, X., Skyles, A., Zinn, A.(2016).*Evaluation of the QIC-ChildRep Best Practices Model Training for Attorneys Representing Children in the Child Welfare System*.Chicago, IL: Chapin Hall at the University of Chicago.

Quas, J. A., Wallin, A.R., Horwitz, B., Davis, E., Lyon, T.D.(2009).Maltreated children's understanding of and emotional reactions to dependency court involvement.*Behavior Sciences & the Law*.27(1), 97-117. Doi 10.1002/bsl.836.

Ramos, T.(2011).*A Intervenção na Criança/Jovem em Risco – Um percurso a Construir*.Dissertação.Porto, FMUP.

Resolução da Assembleia da República n.º7/2014.Diário da República n.º18 – I Série. Disponível em <https://dre.pt/application/file/a/571090>

Saywitz, K., Jaenicke, C., Camparo, L.(1990).Children's Knowledge of Legal Terminology.*Law and Human Behavior*,14(6),523-535.

Sobie, M.(2005).*The Child Client – Representing Children in Child Protective Proceedings*.Pace University School of Law.

Sottomayor, M.C.(2003).O poder paternal como cuidado parental e os direitos da criança.*Cuidar da Justiça de Crianças e Jovens – A Função dos Juízes Sociais – Actas do Encontro*.Coimbra: Edições Almedina.

Trachild.(2020). *Trachild – Training of lawyers representing children in criminal, administrative and civil justice*.Disponível em <https://www.trachild.org/en/>

UNICEF.(2017).*A Convenção Sobre os Direitos da Criança*.Disponível em <https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/0-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>

UNICEF.(2018).*Convenção sobre os direitos da criança e protocolos facultativos*.Disponível em [https://www.unicef.pt/media/2766/unicef\\_convenc-a-o\\_dos\\_direitos\\_da\\_crianca.pdf](https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf).





## **Anexos**

## **Anexo I**

### **Questionário “Percepção dos Advogados sobre a Representação Legal de Menores em Processos de Promoção e Proteção”**

# Perceção dos Advogados sobre a Representação Legal de Menores em Processos de Promoção e Proteção

Este estudo tem por objetivo analisar as preocupações e os desafios dos advogados na representação de crianças/jovens em tribunal em Processos de Promoção e Proteção. O mesmo insere-se no âmbito da dissertação de mestrado em Psicologia da Justiça: Vítimas de Violência e Crime da Universidade Fernando Pessoa.

A sua participação é muito valiosa.

Por favor responda a todas as questões com atenção e sinceridade. Não existem respostas certas nem erradas, queremos apenas saber a sua opinião.

As respostas são confidenciais e anónimas. Os dados serão tratados de forma agregada e apenas para fins académicos/científicos.

O questionário demorará cerca de 5 minutos, sendo que no final do questionário será disponibilizado o contacto da investigadora caso pretenda conhecer os resultados deste estudo.

Obrigada pela sua participação.

**\*Obrigatório**

## Consentimento Informado

Estou de acordo em participar no estudo que se insere no âmbito de uma dissertação de mestrado e que tem como objetivo analisar, através de um questionário online, a perceção dos advogados na representação legal de menores no âmbito dos processos de promoção e proteção.

Sei que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal. É-me ainda assegurado que as minhas respostas a este questionário online serão confidenciais, anónimas e utilizadas única e exclusivamente para o estudo em causa.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

1. \*

*Marcar apenas uma oval.*

☐ Consinto.

2. Já representou crianças/jovens no âmbito dos Processos de Promoção e Proteção?

*Marcar apenas uma oval.*

☐ Sim

☐ Não

### Experiência profissional na representação de crianças/jovens

Nesta secção queremos saber qual a sua experiência geral na representação de menores, sempre relativo aos processos de promoção e proteção.  
Responda pensando em todos os processos em que já interveio.

3. Aproximadamente, em quantos processos já representou crianças/jovens no âmbito da promoção e proteção?

---

4. Em qual/ quais área(s) de intervenção já representou menores?

Se for o caso, identifique mais do que uma opção.

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Negligência
- ☐ Violência Doméstica
- ☐ Comportamentos de perigo na infância e juventude
- ☐ Direito à educação
- ☐ Maus tratos físicos e psicológicos
- ☐ Abuso sexual
- ☐ Abandono
- ☐ Exploração infantil

Outra: ☐ \_\_\_\_\_

5. Para as áreas acima identificadas, indique qual/ quais as medidas que estavam a ser aplicadas?

Se for o caso, identifique mais do que uma opção.

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Apoio junto dos pais
- ☐ Apoio junto de outro familiar
- ☐ Apoio junto de pessoa idónea
- ☐ Autonomia de vida
- ☐ Acolhimento familiar
- ☐ Acolhimento institucional

6. Na sua prática junto dos menores que já representou, quais as maiores dificuldades com que se deparou?

Por favor responda por tópicos, como por exemplo "desenvolvimento da criança".

---

---

---

---

---

7. Que tipo de formação específica no âmbito da representação legal de menores realizou?

Se for o caso, identifique mais que uma opção.

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Não realizei
- ☐ Pós-graduação
- ☐ Workshops
- ☐ Cursos Intensivos

Outra: ☐ \_\_\_\_\_

8. Se já fez formação específica, por favor indique em que temática(s).

Caso não tenha feito, pode avançar esta questão.

---

---

---

---

---

9. Considera importante a formação específica para representar menores.

*Marcar apenas uma oval.*

1      2      3      4      5

Não considera importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Considera extremamente importante

## Representação Legal de Menores

Nesta secção pedimos que nos indique a importância que têm para si os seguintes aspetos.

### 10. Ouvir os desejos e opiniões do menor.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

### 11. Explicar ao menor o papel de cada um dos intervenientes no processo (e.g. juízes...).

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

### 12. Adaptar a linguagem à capacidade de compreensão do menor.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

### 13. Conhecer o contexto económico e social de origem do menor.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 14. Conhecer os progenitores ou núcleo familiar do menor.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 15. Conhecer as características do desenvolvimento infantil (e.g. capacidades, limitações...).

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 16. Adaptar o contexto onde toma contacto com o menor.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 17. Explicar ao menor as possíveis soluções (medidas de promoção e proteção) no processo em que estão envolvidos.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante



## 18. Evitar perguntas fechadas (de resposta sim/não).

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 19. Conhecer os pareceres dos técnicos envolvidos no processo (e.g. psicólogos, assistentes sociais...).

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 20. Construir uma relação profissional de confiança com o menor.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 21. Explicar ao menor o processo em que está envolvido.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 22. Repetir as questões ou informações as vezes que for necessário.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 23. Conhecer o contexto cultural e étnico de origem do menor.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 24. Criar uma distância afetiva do menor.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 25. Permitir que o menor coloque todas as questões e dúvidas que tenha.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 26. Explicar ao menor como é um tribunal antes de ser ouvido.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 27. Evitar uma linguagem sugestiva.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 28. Conhecer a capacidade do menor para ser ouvido em tribunal.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 29. Explicar ao menor os seus direitos.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 30. Contar com o auxílio de outros profissionais para definir a sua estratégia.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

## 31. Permitir que o menor se expresse livremente.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

32. Permitir que o menor seja ouvido na ausência dos progenitores, ou qualquer outra pessoa próxima.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

33. Interferência de fatores emocionais no testemunho do menor.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

34. Ter em consideração os possíveis efeitos psicológicos que a intervenção jurídica possa ter para no menor.

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não considera importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Considera extremamente importante

### Dados Sociodemográficos

Finalmente, gostaríamos de obter algumas informações sobre si.  
Relembramos que este questionário é anónimo e confidencial.

35. Sexo

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Feminino  
☐ Masculino

36. Idade

---

## 37. Habilitações literárias

*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento

## 38. Anos de experiência profissional como advogado?

---

## 39. Distrito(s) em que exerce

Se for o caso, identifique mais do que uma opção.

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- ☐ Região Autónoma da Madeira
- ☐ Região Autónoma dos Açores
- ☐ Aveiro
- ☐ Beja
- ☐ Braga
- ☐ Bragança
- ☐ Castelo Branco
- ☐ Coimbra
- ☐ Évora
- ☐ Faro
- ☐ Guarda
- ☐ Leiria
- ☐ Lisboa
- ☐ Portalegre
- ☐ Porto
- ☐ Santarém
- ☐ Setúbal
- ☐ Viana do Castelo
- ☐ Vila Real
- ☐ Viseu

## Google Formulários

## **Anexo II**

### **Parecer da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa**



Universidade Fernando Pessoa  
www.ufp.pt

Exmo. Senhor  
Prof. Doutor Pedro Reis  
Diretor da FCHS

Nº	Data
FCHS/PJU- 62/20	04 de Maio de 2020

Exmo. Senhor Prof. Doutor,

A Comissão de Ética, depois de analisar o projeto de Mestrado em Psicologia da Justiça, de Catarina Rodrigues de Sarabando, intitulado "Perceção dos Advogados sobre a Representação Legal de Menores em Processos de Promoção e Proteção", considera nada haver a opor ao mesmo. Recomenda, contudo, ser conveniente que as perguntas colocadas não tenham um carácter obrigatório, uma vez que isso pode pressionar o participante a dar uma resposta (o questionário não permite deixar perguntas em branco, o que entra em conflito com um verdadeiro consentimento para a participação).

Com os melhores cumprimentos.

A Presidente da  
Comissão de Ética da UFP

  
Teresa Toldy



Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

NIPC 502 057 602 - Reg. Comercial nº 26 Conservatória da Região Comercial do Porto

REITORIA - [ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais ] - [ Faculdade de Ciência e Tecnologia ] Praça 9 de Abril, 349 - 4249-004 Porto-Portugal - T. +351 22 507 1300 - F. +351 22 550 8269 - geral@ufp.pt  
[ Faculdade de Ciências da Saúde ] - [ Escola Superior de Saúde ] R. Carlos Da Maia, 296 - 4200-150 Porto - Portugal - T. +351 22 507 4630 - F. +351 22 507 4637 - R. Delfim Maia, 334 - 4200-253 Porto - Portugal  
T. +351 22 509 6371 - geral.asaude@ufp.pt. UNIDADE de Ponte de Lima - Casa da Garrida - R. Conde de Bertiandos - 4990-078 Ponte de Lima-Portugal - T. +351 258 741 026 - F. +351 258 741 412 - geral.plima@ufp.pt